Análise das empresas do setor farmacêutico

Estudos da Central de Balanços
Julho | 2016

BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

25

25

Análise das empresas do setor farmacêutico

Estudos da Central de Balanços
Julho | 2016

BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Lisboa, 2016 • www.bportugal.pt

ANÁLISE DAS EMPRESAS DO SETOR FARMACÊUTICO | Estudos da Central de Balanços 25 | 2016 • Banco de Portugal Av. Almirante Reis, 71 | 1150-012 Lisboa • www.bportugal.pt • Edição Departamento de Estatística • Design Direção de Comunicação | Unidade de Imagem e Design Gráfico • Tiragem 250 • ISBN XXX-XXX-XXX-XXX-X (impresso) • ISBN XXX-XXX-XXX-XXX-X *(online)* • ISSN 1647-967X (impresso) • ISSN 1647-9688 (*online*) • Depósito Legal n.º 320300/10

Nota prévia

A presente análise baseia-se nos dados recolhidos através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem, de uma só vez, as obrigações de declaração das contas anuais junto dos Ministérios das Finanças e da Justiça, do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados. Para esta análise utilizaram-se os dados da IES de 2014, os mais recentes à data desta publicação.

A informação reportada pelas empresas na IES é objeto de um processo de controlo de qualidade no Banco de Portugal que visa, essencialmente, assegurar a coerência e a integridade da informação contabilística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados.

Para além da informação obtida através da IES, esta publicação incorpora informação complementar relativa ao financiamento das empresas em Portugal, disponível a partir de outras bases de dados geridas pelo Departamento de Estatística do Banco de Portugal, nomeadamente da Central de Responsabilidades de Crédito. Esta informação permite caraterizar uma parte significativa dos passivos das empresas portuguesas, sobretudo no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor financeiro residente.

Sumário

Neste estudo, o Banco de Portugal realiza uma análise do setor farmacêutico, ou seja, das empresas a operar nas atividades da indústria farmacêutica, comércio por grosso e comércio a retalho de produtos farmacêuticos.

Em 2014, o setor farmacêutico compreendia cerca de 3,5 mil empresas, ou seja, 1 por cento do total das empresas em Portugal, 3 por cento do volume de negócios e 1 por cento do número de pessoas ao serviço. Em relação a 2006 e comparativamente com o total das empresas, o setor farmacêutico evoluiu positivamente em número de empresas, volume de negócios e número de pessoas ao serviço.

Por segmentos de atividade económica, o comércio a retalho de produtos farmacêuticos agregava as maiores parcelas de empresas e de pessoas ao serviço do setor (70 e 48 por cento, respetivamente). Porém, 65 por cento do volume de negócios era gerado pelo comércio por grosso de produtos farmacêuticos. Por classes de dimensão, as microempresas eram as mais representativas (81 por cento) e as PME as mais relevantes em termos de volume de negócios e de número de pessoas ao serviço (42 e 45 por cento, respetivamente).

As empresas do setor encontravam-se maioritariamente sediadas nos distritos de Lisboa e Porto. Em conjunto, estas empresas representavam 76 por cento do volume de negócios do setor farmacêutico.

O volume de negócios foi gerado maioritariamente por empresas com mais de 20 anos (59 por cento), situação semelhante à do total das empresas em Portugal (54 por cento).

Apenas 4 por cento das empresas integravam o setor exportador. Estas empresas eram responsáveis por 15 por cento do volume de negócios do setor farmacêutico. Na indústria farmacêutica, no entanto, o peso das empresas exportadoras era superior (75 por cento do volume de negócios associados a um quarto das empresas).

Após três anos consecutivos de quebra de atividade (ainda que com taxas cada vez menos negativas), em 2014 o volume de negócios do setor farmacêutico cresceu 3 por cento, mais 5 pontos percentuais (p.p.) do que em 2013. Os gastos da atividade operacional também cresceram 3 por cento, com destaque para o contributo do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (2 p.p.).

O *EBITDA* do setor farmacêutico aumentou 8 por cento em 2014, uma variação ainda assim inferior à registada em 2013 (15 por cento). Cerca de 64 por cento das empresas do setor apresentaram variações positivas do *EBITDA*, um valor 10 p.p. acima do observado para o total das empresas. O *EBITDA* foi negativo em 21 por cento das empresas do setor (menos 14 p.p. do que no total das empresas).

Em 2014, e continuando a tendência de crescimento dos últimos dois anos, a rendibilidade dos capitais próprios do setor farmacêutico, que foi sempre superior à do total das empresas no período 2010-2014, totalizou 9 por cento (aumento de 1 p.p. em relação a 2013). A margem operacional ascendeu a 6 por cento e a margem líquida a 3 por cento (8 e 1 por cento, respetivamente, no total das empresas).

A autonomia financeira do setor farmacêutico situou-se, em termos médios, nos 38 por cento (30 por cento no total das empresas). A dívida remunerada correspondia a 43 por cento do passivo do setor farmacêutico, valor inferior ao registado pelo total das empresas (57 por cento).

A informação disponível para 2015, compilada pela Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, mostra que o crédito concedido ao setor pelo sistema financeiro residente tem diminuído desde 2011. O rácio de crédito vencido situou-se nos 12,5 por cento, abaixo do verificado para o total das empresas (16,2 por cento).

Em 2014, o passivo do setor decresceu 1 por cento e os juros suportados diminuíram 10 por cento. O rácio de pressão financeira situou-se em 13 por cento, inferior ao verificado em 2013 (em 3 p.p.) e ao registado pelo total das empresas em 2014 (28 por cento).

A dívida comercial do setor farmacêutico representava, em 2014, 34 por cento do seu passivo, parcela superior à observada no total das empresas (16 por cento). No entanto, o financiamento líquido por dívida comercial foi mais negativo no setor farmacêutico (6 por cento, que compara com 3 por cento no total das empresas), ainda que o comércio a retalho de produtos farmacêuticos tenha apresentado um financiamento líquido por dívida comercial positivo (8 por cento do volume de negócios).

Índice

1. Introdução | **11**

2. Estrutura e dinâmica | **12**

2.1. Estrutura | **12**

2.2. Concentração | **16**

2.3. Dinâmica | **17**

Caixa 1 | A relevância do setor exportador | **19**

3. Análise económica e financeira | **21**

3.1. Enquadramento | **21**

3.2. Atividade e rendibilidade | **21**

3.2.1. Volume de negócios | **21**

3.2.2. Gastos da atividade operacional | **25**

3.2.3. *EBITDA* | **26**

3.2.4. Rendibilidade | **27**

Caixa 2 | Estrutura de ativos das empresas do setor farmacêutico | **30**

3.3. Situação financeira | **32**

3.3.1. Estrutura financeira | **32**

Caixa 3 | Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente | **35**

3.3.2. Gastos de financiamento e solvabilidade | **38**

3.3.3. Financiamento por dívida comercial | **40**

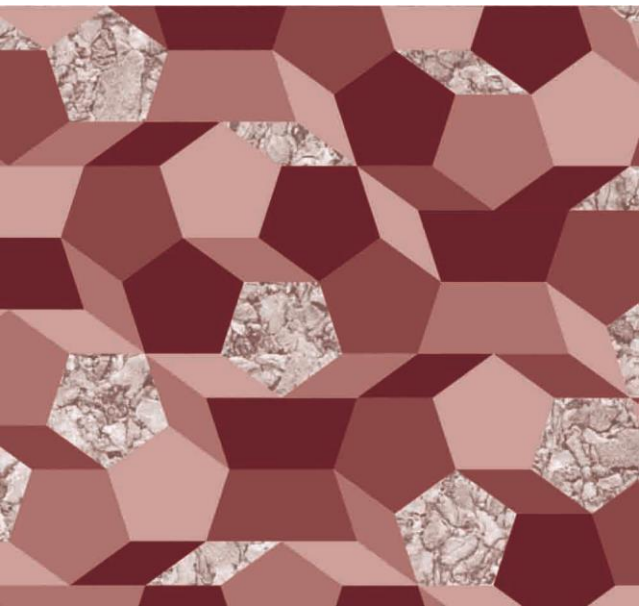
ANEXO | **46**

Síntese metodológica | **47**

Siglas e acrónimos | **48**

Referências | **49**

Estudos da Central de Balanços | **50**



Análise das empresas do setor farmacêutico

1. Introdução
2. Estrutura e dinâmica

   Caixa 1 | A relevância do setor exportador
3. Análise económica e financeira

   Caixa 2 | Estrutura de ativos das empresas do setor farmacêutico

   Caixa 3 | Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente

1. Introdução

Este Estudo avalia a situação económica e financeira das empresas[1] pertencentes ao setor farmacêutico, tendo por base a informação da Central de Balanços do Banco de Portugal[2].

Para efeitos desta análise, o setor farmacêutico inclui as empresas a operar na indústria farmacêutica, bem como nas atividades de comércio por grosso e a retalho de produtos farmacêuticos. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), estas atividades eram responsáveis, em 2014, por cerca de 2,7 por cento do valor acrescentado bruto das sociedades não financeiras em Portugal[3].

O setor foi dividido nos seguintes segmentos de atividade económica, obtidos por agregação de diversas atividades atendendo à Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3):

• **Indústria farmacêutica:** composta pela divisão 21 – fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas (parte da secção C – indústrias transformadoras) e onde se incluem as empresas de base produtiva do setor.

• **Comércio por grosso de produtos farmacêuticos:** engloba a subclasse 46460 – comércio por grosso de produtos farmacêuticos (parte da secção G – comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos), onde se incluem as distribuidoras das empresas da indústria farmacêutica, sejam estas de base nacional ou representantes de grupos multinacionais associados ao setor farmacêutico.

• **Comércio a retalho de produtos farmacêuticos:** composto pela subclasse 47730 – comércio a retalho de produtos farmacêuticos, em estabelecimentos especializados (parte da secção G – comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos), onde se incluem as empresas que asseguram a chegada ao consumidor de produtos farmacêuticos.

A análise é desenvolvida essencialmente para o período de 2010 a 2014, com base na Informação Empresarial Simplificada (IES). Adicionalmente, é utilizado o ano de 2006 como referência para a evolução do setor e dados mais recentes acerca de empréstimos bancários e de crédito vencido, relativos a 2015.

Neste Estudo procura também caraterizar-se o setor farmacêutico quanto à dispersão dos resultados obtidos pelas empresas que o compõem, para um conjunto de indicadores selecionados. É possível, desta forma, excluir distorções causadas por eventuais valores extremos. São igualmente analisados os contributos dos vários segmentos de atividade económica e classes de dimensão para os resultados agregados do setor.

Os resultados do setor farmacêutico são ainda analisados tendo em conta os do total das empresas em Portugal[4].

No capítulo 2 é avaliada a estrutura do setor, relativamente à atividade económica, dimensão, localização geográfica e maturidade das empresas que o compõem. São também apresentados dados sobre a concentração do mercado e a dinâmica empresarial.

No capítulo 3 analisa-se a evolução recente do volume de negócios e procura determinar-se em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas. Para tal, decompõem-se os efeitos sobre estas rendibilidades entre as componentes operacional e financeira da atividade das empresas. Procura também fornecer-se alguma informação sobre a capacidade de solvência das empresas.

Em anexo apresenta-se um quadro-resumo com os principais indicadores e uma síntese metodológica com a definição dos principais conceitos utilizados ao longo do Estudo. No sítio do Banco de Portugal na *internet* encontram-se disponíveis, em ficheiro *Excel*, as séries estatísticas analisadas.

2. Estrutura e dinâmica

2.1. Estrutura

Em 2014, o setor farmacêutico compreendia cerca de 3,5 mil empresas, ou seja, 1 por cento do total das empresas em Portugal (Quadro 1). Estas empresas agregavam 3 por cento do volume de negócios e 1 por cento do número de pessoas ao serviço das empresas em Portugal.

O peso do setor aumentou em relação a 2006 em todas as variáveis consideradas: 0,3 pontos percentuais (p.p.) no volume de negócios e no número de pessoas ao serviço e 0,2 p.p. quando considerado o número de empresas.

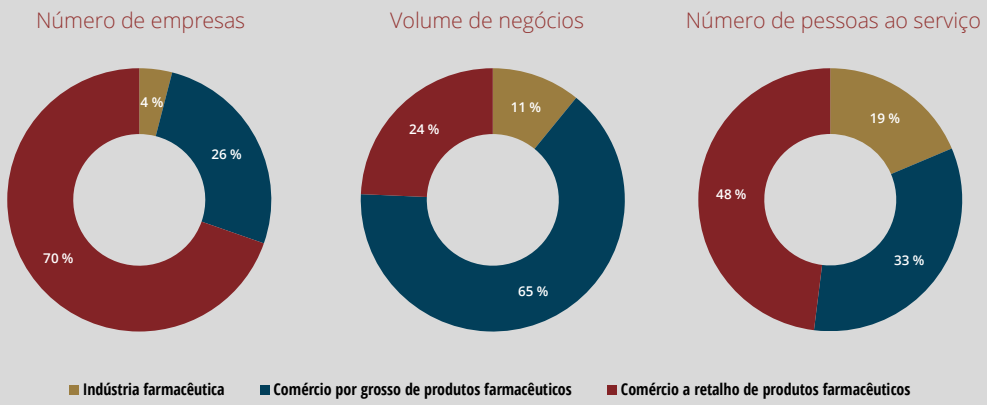
Quadro 1 • Peso do setor farmacêutico no total das empresas (2006 e 2014)[5]

	Número de empresas		Volume de negócios		Número de pessoas ao serviço	
	2006	2014	2006	2014	2006	2014
Setor farmacêutico	0,67 %	0,92 %	3,03 %	3,29 %	1,04 %	1,31 %
Indústria farmacêutica	0,04 %	0,04 %	0,32 %	0,36 %	0,23 %	0,24 %
Comércio por grosso de produtos farmacêuticos	0,19 %	0,24 %	2,15 %	2,13 %	0,47 %	0,44 %
Comércio a retalho de produtos farmacêuticos	0,44 %	0,64 %	0,56 %	0,80 %	0,34 %	0,63 %

Por **segmentos de atividade económica**, em 2014, a maior parcela de empresas e de pessoas ao serviço pertencia ao comércio a retalho de produtos farmacêuticos (70 e 48 por cento, respetivamente) (Gráfico 1). No entanto, considerando o volume de negócios, o comércio por grosso de produtos farmacêuticos apresentava maior relevância (65 por cento), agregando ainda 33 por cento das pessoas ao serviço do setor. A indústria farmacêutica era o segmento menos representativo independentemente da variável considerada, com apenas 4 por cento das empresas e 19 por cento das pessoas ao serviço.

Por **classes de dimensão**[6], o setor farmacêutico assemelhava-se ao total das empresas, apresentando uma elevada proporção de microempresas (81 por cento). Esta caraterística era transversal aos diversos segmentos de atividade, ainda que se registasse em menor escala na indústria farmacêutica (Quadro 2). As pequenas e médias empresas (PME) eram as mais representativas no número de pessoas ao

Gráfico 1 • Estruturas | Por segmentos de atividade económica (2014)



serviço (45 por cento), sendo esta parcela superior na indústria farmacêutica e no comércio por grosso de produtos farmacêuticos (51 e 59 por cento, respetivamente). No comércio a retalho de produtos farmacêuticos, as microempresas representavam 62 por cento do número de pessoas ao serviço, agregando 63 por cento do volume de negócios deste segmento. Na indústria farmacêutica e no comércio por grosso de produtos farmacêuticos, a maior parcela de volume de negócios encontrava-se associada às grandes empresas (53 e 51 por cento, respetivamente).

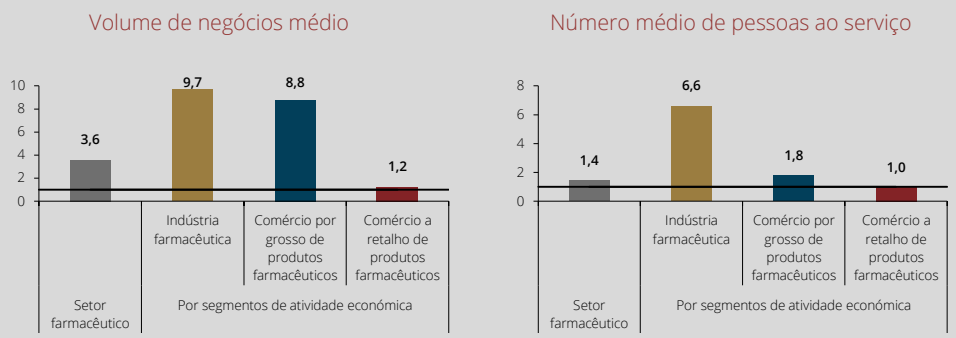
Quadro 2 • Estruturas | Por classes de dimensão (2014)

Indicador	Dimensão	Total das empresas	Setor farmacêutico	Indústria farmacêutica	Comércio por grosso de produtos farmacêuticos	Comércio a retalho de produtos farmacêuticos
Número de empresas	Microempresas	89,5 %	80,7 %	62,5 %	72,1 %	85,1 %
	PME	10,3 %	18,4 %	31,9 %	25,7 %	14,9 %
	Grandes empresas	0,3 %	0,8 %	5,6 %	2,1 %	0,0 %
Volume de negócios	Microempresas	15,4 %	17,9 %	1,5 %	3,9 %	62,8 %
	PME	41,7 %	42,1 %	45,2 %	44,9 %	33,4 %
	Grandes empresas	42,8 %	39,9 %	53,3 %	51,2 %	3,8 %
Número de pessoas ao serviço	Microempresas	27,7 %	33,7 %	1,6 %	11,5 %	61,6 %
	PME	44,9 %	44,6 %	50,6 %	59,2 %	32,2 %
	Grandes empresas	27,4 %	21,7 %	47,7 %	29,3 %	6,3 %

Nota: As células sombreadas identificam as classes de dimensão mais relevantes em cada segmento/indicador

Em 2014, o volume de negócios e o número de pessoas ao serviço do setor farmacêutico eram, em termos médios, superiores aos do total das empresas (3,6 e 1,4 vezes, respetivamente) (Gráfico 2). A indústria farmacêutica e o comércio por grosso de produtos farmacêuticos apresentaram volumes de negócios médios cerca de 9,7 e 8,8 vezes superiores, respetivamente, ao do total das empresas, contribuindo de forma significativa para os valores do setor como um todo. O mesmo pode ser referido sobre a indústria farmacêutica quanto ao número médio de pessoas ao serviço (cerca de 6,6 vezes superior aos seis colaboradores por empresa registados, em média, para o total das empresas). A maior dimensão da empresa média neste segmento decorre, de resto, do reduzido contributo das microempresas para a sua estrutura em termos de volume de negócios e de número de pessoas ao serviço. Em contraponto, a empresa média do comércio a retalho de produtos farmacêuticos apresentava uma elevada similitude com a empresa média nacional no que respeita ao volume de negócios e ao número de pessoas ao serviço.

Gráfico 2 • Volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço | Relação com o total das empresas (Total das empresas = 1) (2014)



Relativamente à **localização geográfica**[7], em 2014, e tal como no total das empresas, verificava-se uma elevada concentração das sedes sociais das empresas do setor farmacêutico nos distritos de Lisboa e Porto, atendendo a qualquer dos indicadores considerados. Em conjunto, estes distritos agregavam 51 por cento das empresas do setor, 64 por cento do número de pessoas ao serviço e 76 por cento do volume de negócios (Quadro 3).

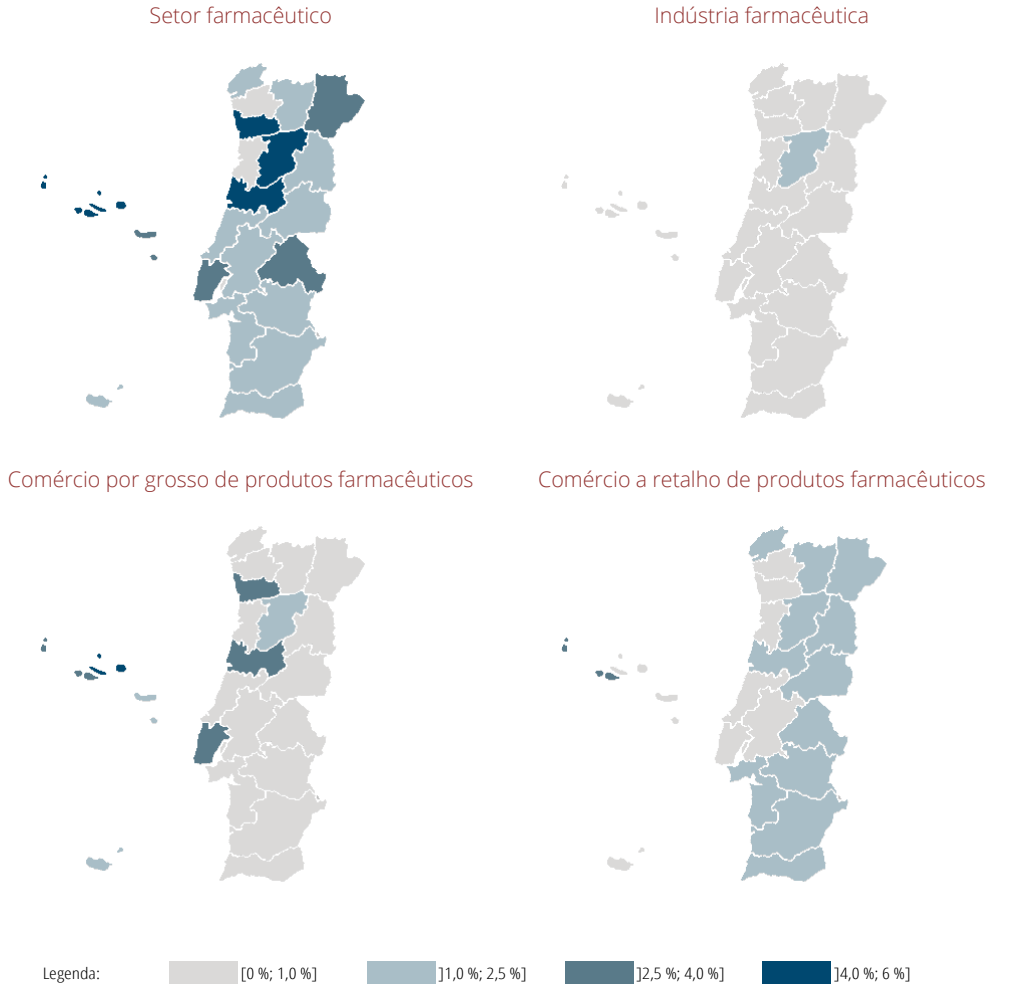
A concentração geográfica era igualmente notória por segmentos de atividade económica, apresentando menor expressão, porém, no comércio a retalho de produtos farmacêuticos. A indústria farmacêutica e o comércio por grosso de produtos farmacêuticos encontravam-se particularmente concentrados em Lisboa, que agregava mais de 60 por cento das empresas, volume de negócios e pessoas ao serviço destes segmentos. No comércio a retalho de produtos farmacêuticos, e apesar da preponderância de Lisboa (com 25 por cento do volume de negócios do segmento), Porto e Setúbal mantinham alguma expressividade (com 19 e 8 por cento do volume de negócios, respetivamente). É igualmente de notar a importância do distrito de Viseu na indústria farmacêutica (14 por cento do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço), aproximando-se, neste segmento, do Porto (17 e 16 por cento, respetivamente).

A Figura 1 permite avaliar o peso relativo do volume de negócios do setor farmacêutico, bem como dos segmentos de atividade económica que o compõem, no total das empresas de cada distrito.

Quadro 3 • Localização geográfica | Por segmentos de atividade económica (2014)

	Número de empresas		Volume de negócios		Número de pessoas ao serviço	
	Distrito (Top 3)	% do total	Distrito (Top 3)	% do total	Distrito (Top 3)	% do total
Total das empresas	Lisboa	28,1 %	Lisboa	43,9 %	Lisboa	35,1 %
	Porto	17,9 %	Porto	16,2 %	Porto	18,6 %
	Braga	7,9 %	Braga	6,1 %	Braga	8,7 %
Setor farmacêutico	Lisboa	36,3 %	Lisboa	53,7 %	Lisboa	47,2 %
	Porto	14,9 %	Porto	22,3 %	Porto	17,2 %
	Setúbal	6,7 %	Coimbra	4,3 %	Viseu	5,0 %
Indústria farmacêutica	Lisboa	67,4 %	Lisboa	64,9 %	Lisboa	61,2 %
	Porto	11,8 %	Porto	16,6 %	Porto	15,6 %
	Viseu	5,6 %	Viseu	14,1 %	Viseu	14,2 %
Comércio por grosso de produtos farmacêuticos	Lisboa	60,0 %	Lisboa	62,5 %	Lisboa	72,4 %
	Porto	16,1 %	Porto	24,6 %	Porto	13,3 %
	Setúbal	5,1 %	Coimbra	4,4 %	Coimbra	3,4 %
Comércio a retalho de produtos farmacêuticos	Lisboa	25,6 %	Lisboa	25,2 %	Lisboa	24,3 %
	Porto	14,6 %	Porto	18,6 %	Porto	20,5 %
	Setúbal	7,6 %	Setúbal	7,7 %	Setúbal	8,2 %

Figura 1 • Localização geográfica por distrito | Peso no total das empresas do distrito (volume de negócios – 2014)



Nota: A informação relativa ao setor farmacêutico reflete a soma dos valores apurados relativamente aos segmentos que o constituem, apresentados individualmente nos restantes mapas da Figura.

Em 2014, o peso do setor farmacêutico no volume de negócios das empresas com sede em cada um dos distritos nacionais não ultrapassava os 6 por cento. Ainda assim, o setor assumia maior relevância nos distritos de Coimbra, Viseu e Porto, bem como na Região Autónoma dos Açores. O comércio a retalho de produtos farmacêuticos assumia maior relevância nos distritos do interior do país e na Região Autónoma dos Açores. O comércio por grosso de produtos farmacêuticos agregava 4 por cento do volume de negócios gerado por empresas com sede em Coimbra e 3 por cento, tanto em Lisboa como no Porto. Era igualmente relevante na Região Autónoma dos Açores, particularmente em Angra do Heroísmo, onde agregava 5 por cento do volume de negócios das empresas aí sediadas. A indústria farmacêutica apresentava uma relevância relativamente residual em todos os distritos, com Viseu a registar algum destaque (2 por cento do volume de negócios das empresas aí sediadas tinham origem nesta atividade).

Considerando a **maturidade das empresas**[8], a distribuição do volume de negócios do setor em estudo não apresentava diferenças substanciais em relação ao total das empresas: 59 por cento do volume de negócios do setor farmacêutico era gerado por empresas com mais de 20 anos (54 por cento no total das empresas) (Gráfico 3). As empresas desta classe de maturidade apresentavam maior relevância na indústria farmacêutica e no comércio por grosso de produtos farmacêuticos, agregando, respetivamente, 75 e 73 por cento do volume de negócios. Em oposição, as empresas com menos de 20 anos representavam cerca de 85 por cento do volume de negócios do comércio a retalho de produtos farmacêuticos, sendo a maior parcela (34 por cento) referente às empresas com maturidade entre 5 e 10 anos.

2.2. Concentração

Em 2014, o volume de negócios do setor farmacêutico estava menos concentrado do que o do total das empresas: 10 por cento das empresas geravam 77 por cento do volume de negócios do setor (no total das empresas, 10 por cento das empresas eram responsáveis por 89 por cento do volume de negócios). Esta distribuição era já notória quando consideradas 1 por cento das empresas (responsáveis por 46 por cento do volume de negócios no setor e por 64 por cento no total das empresas) (Gráfico 4).

Por segmentos de atividade económica, o comércio por grosso de produtos farmacêuticos apresentava a concentração mais elevada (38 e 83 por cento do volume de negócios estava associado a 1 e 10 por cento das suas maiores empresas, respetivamente). No extremo

Gráfico 3 • Estruturas | Por classes de maturidade (volume de negócios – 2014)

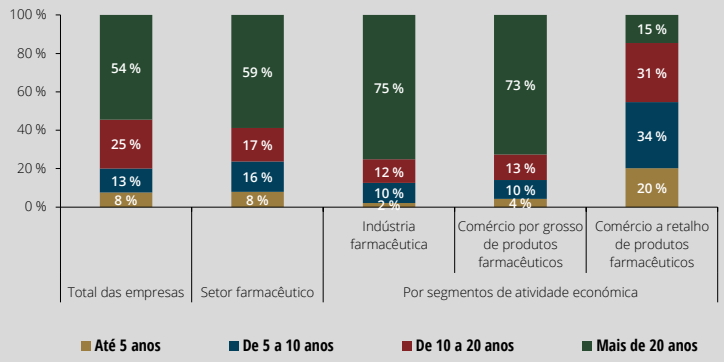
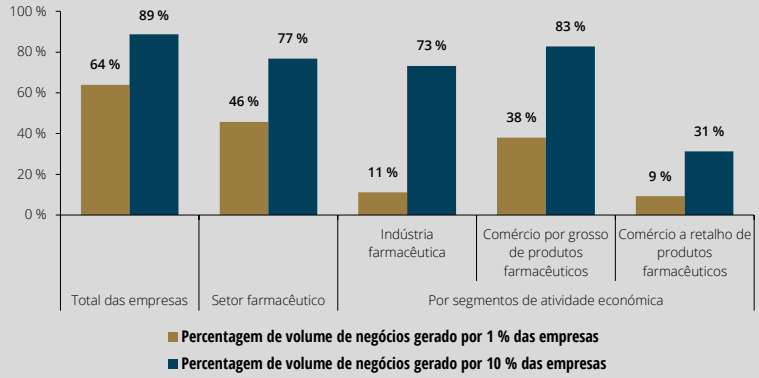


Gráfico 4 • Distribuição do volume de negócios (2014)



oposto, no comércio a retalho de produtos farmacêuticos, o volume de negócios encontrava-se mais disperso, na medida em que 1 e 10 por cento das maiores empresas geravam 9 e 31 por cento do volume de negócios do segmento, respetivamente.

2.3. Dinâmica

Em 2014, o número de empresas aumentou mais significativamente no setor farmacêutico (2,5 por cento) do que no total das empresas (1,5 por cento) (Gráfico 5). O número de empresas no setor cresceu acima do total das empresas em todo o período analisado, resultando num incremento da importância relativa do setor na estrutura setorial do total das empresas. Não obstante, no período considerado, 2014 foi o ano em que o aumento do número de empresas ativas no setor foi menos significativo, na medida em que, entre 2010 e 2013, as taxas de variação situaram-se entre os 3 e os 4 por cento.

O rácio de natalidade / mortalidade do setor farmacêutico ascendeu a 1,6 em 2014, superior ao rácio de 1,2 registado pelo total das empresas (Gráfico 6). Todos os segmentos de atividade evidenciaram rácios superiores a 1. De resto, o comércio a retalho de produtos farmacêuticos apresentou, no período 2010-2014, rácios de natalidade / mortalidade sempre superiores aos do setor em estudo, ainda que em decréscimo de 2011 em diante (passando de 3,2 em 2011 para 1,8 em 2014). Na indústria farmacêutica este rácio ascendeu a 1,8 em 2014, um valor significativamente superior ao observado em 2010 (0,2).

Comparando os anos de 2010 e de 2014 com 2006, a evolução do setor farmacêutico foi positiva, considerando tanto o número de empresas como o número de pessoas ao serviço (Gráfico 7), ainda que de forma mais notória no período 2006-2010. No comércio por grosso de produtos farmacêuticos, o número de pessoas ao serviço decresceu no período 2006-2014 como um todo, apesar da variação positiva do número de empresas. Em contraponto,

Gráfico 5 • Indicadores demográficos do setor farmacêutico

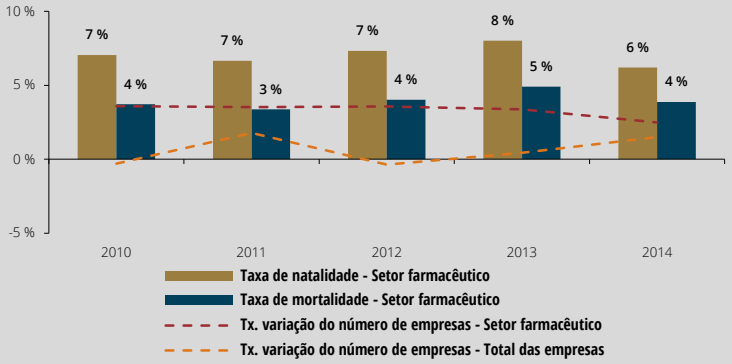
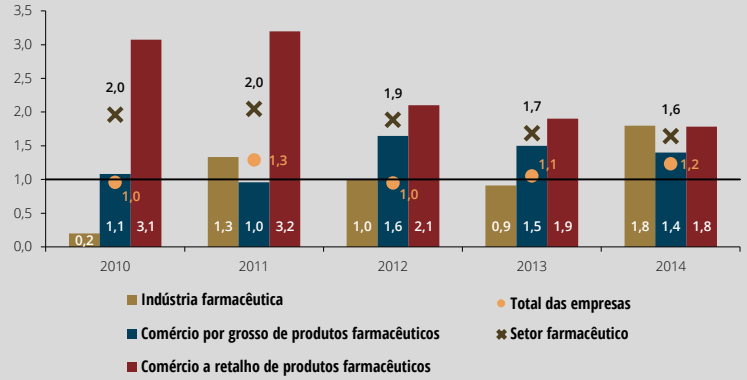


Gráfico 6 • Rácio de natalidade / mortalidade



o comércio a retalho de produtos farmacêuticos apresentou neste período uma variação acumulada positiva em ambos os indicadores. Na indústria farmacêutica, apesar da evolução negativa do número de empresas, o número de pessoas ao serviço manteve-se em níveis similares aos registados em 2006.

Em 2014, cerca de 4 por cento das empresas do setor farmacêutico eram empresas de elevado crescimento (EEC)[9] (Gráfico 8), *i.e.*, apresentaram um crescimento anual médio do volume de negócios superior a 20 por cento num período de três anos consecutivos. No mesmo ano, 8 por cento do total das empresas foi classificada como EEC.

Entre 2010 e 2014, a percentagem de EEC no setor farmacêutico diminuiu 3 p.p., enquanto no total das empresas esta proporção manteve-se estável. A parcela de EEC no setor em análise foi, em grande medida, explicada pelo peso destas empresas na indústria farmacêutica e no comércio por grosso de produtos farmacêuticos (7 e 8 por cento, respetivamente), em detrimento do comércio a retalho de produtos farmacêuticos (3 por cento). Este segmento terá contribuído para dissipar o peso das EEC no total do setor, em virtude do elevado número de empresas associado a esta atividade.

Em contraponto, o peso no setor das empresas com taxas médias de crescimento anual do volume de negócios negativas (igualmente num período de três anos consecutivos) aumentou 39 p.p. entre 2010 e 2014, situando-se em 71 por cento em 2014 (aumento de cerca de 3 p.p., para 57 por cento, no total das empresas). Assim, o peso destas empresas era, em 2014, mais relevante no setor do que no total das empresas, em contraponto com a situação registada em 2010. A parcela de empresas com taxas médias de crescimento anual negativas em 2014 era mais significativa no comércio a retalho de produtos farmacêuticos (77 por cento, mais 47 p.p. do que em 2010).

Gráfico 7 • Evolução do setor farmacêutico e do total das empresas de 2006 a 2014 | Variação acumulada face a 2006 (2006=100)

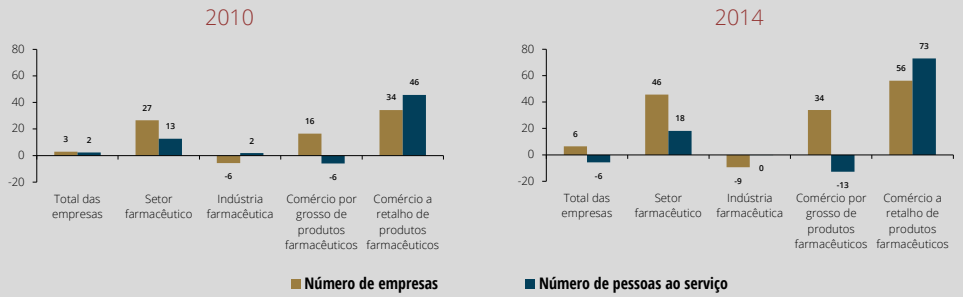
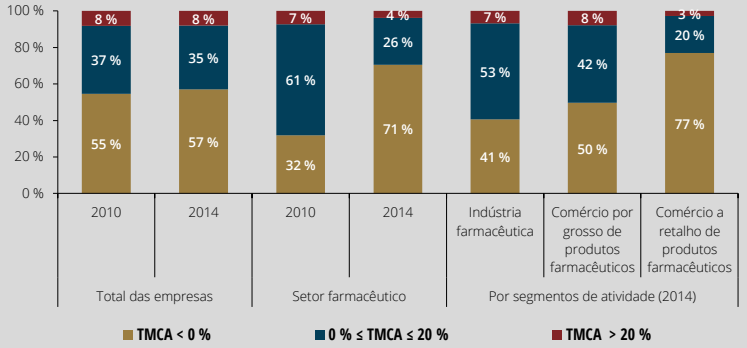


Gráfico 8 • Universo potencial de empresas de elevado crescimento | Taxa média de crescimento anual (num período de três anos)



Caixa 1 | A relevância do setor exportador

Em 2014, o setor exportador[10] compreendia 4 por cento do número de empresas, 15 por cento do volume de negócios e 18 por cento do número de pessoas ao serviço das empresas do setor farmacêutico, valores inferiores aos registados no total das empresas (6 por cento, 37 por cento e 25 por cento, respetivamente) (Gráfico 9). Estes valores foram similares aos apurados relativamente a 2013, tanto no setor farmacêutico, como no total das empresas.

A atividade exportadora assumia maior destaque nas empresas de maior dimensão. Em 2014, 28 por cento das grandes empresas do setor farmacêutico integravam o setor exportador, agregando 15 por cento do volume de negócios e 38 por cento das pessoas ao serviço (Gráfico 10). Em contraste, apenas 2 por cento das microempresas do setor farmacêutico pertenciam ao setor exportador, sendo responsáveis por 4 por cento do volume de negócios e 2 por cento das pessoas ao serviço das empresas do setor desta classe de dimensão.

Na indústria farmacêutica o setor exportador agregava 75 por cento do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço, correspondendo a 25 por cento das empresas do segmento. Em contrapartida, no comércio a retalho de produtos farmacêuticos a relevância do setor exportador era residual, considerando qualquer dos três indicadores.

Gráfico 9 · Peso do setor exportador (2014)

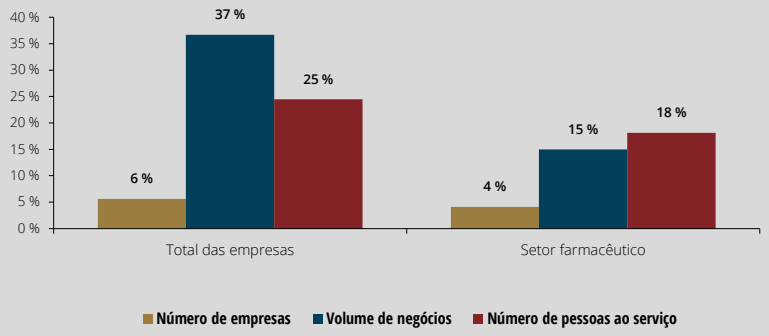
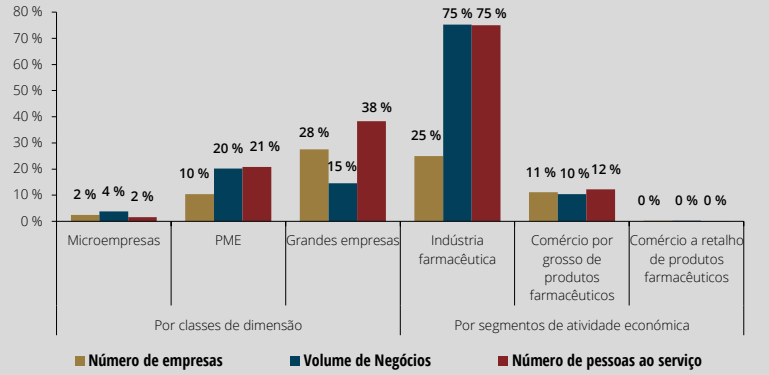


Gráfico 10 · Peso do setor exportador | Por segmentos de atividade económica e classes de dimensão das empresas (2014)



Por classes de dimensão, atendendo ao número de empresas, as PME e as grandes empresas apresentavam maior peso no setor farmacêutico exportador (47 e 5 por cento, respetivamente) do que no conjunto das restantes empresas do setor farmacêutico (17 e 1 por cento, respetivamente). Em contraponto, destacava-se a elevada concentração das microempresas nas restantes empresas do setor (82 por cento) (Gráfico 11). As PME agregavam 57 por cento do volume de negócios do setor farmacêutico exportador e eram responsáveis por 51 por cento das pessoas ao serviço. No conjunto das demais empresas do setor, 41 por cento das pessoas ao serviço encontravam-se associadas às microempresas.

Por segmentos de atividade económica, a indústria farmacêutica era a atividade mais representativa do setor farmacêutico exportador, atendendo ao volume de negócios e ao número de pessoas ao serviço (55 e 77 por cento, respetivamente), em contraste com o peso marginal desta atividade no conjunto das restantes empresas do setor farmacêutico (Gráfico 12). O comércio a retalho de produtos farmacêuticos encontrava-se no extremo oposto, ao apresentar uma relevância residual no setor farmacêutico exportador. Já o comércio por grosso de produtos farmacêuticos agregava 71 por cento das empresas exportadoras do setor farmacêutico e cerca de 45 por cento do seu volume de negócios.

Gráfico 11 · Estrutura atendendo à inclusão no setor exportador | Por classes de dimensão (2014)

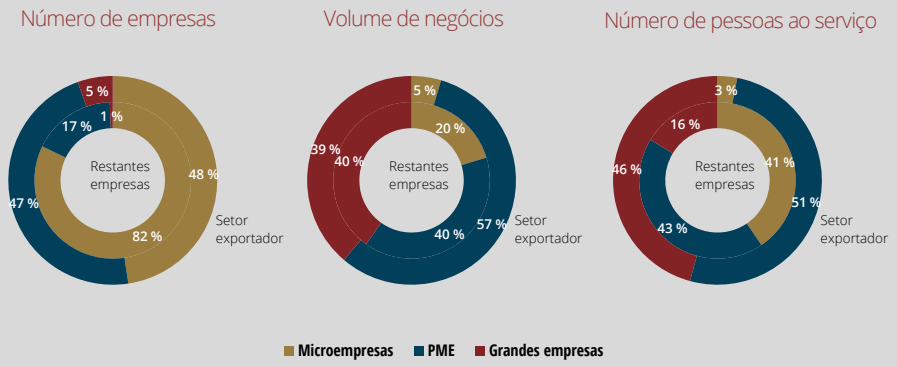
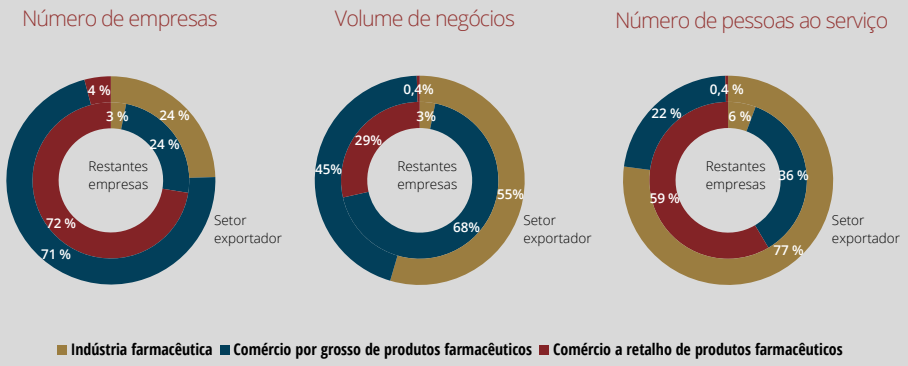


Gráfico 12 · Estrutura atendendo à inclusão no setor exportador | Por segmentos de atividade económica (2014)



3. Análise económica e financeira

3.1. Enquadramento

Em 2014, o PIB português cresceu 0,9 por cento em termos reais, depois de uma queda de 1,1 por cento em 2013. Com exceção do consumo público (redução de 0,5 por cento), todas as restantes componentes tiveram uma evolução positiva (Quadro 4).

O consumo privado aumentou 2,2 por cento (depois de uma redução de 1,2 por cento em 2013), em resultado da aceleração do consumo de bens não duradouros e de serviços. A formação bruta de capital fixo aumentou 2,8 por cento (após uma queda de 5,1 por cento em 2013), uma variação que foi positiva, pela primeira vez, desde 2009. As importações cresceram 7,2 por cento, denotando uma aceleração em relação a 2013 (4,7 por cento), ao passo que as exportações, apesar da variação positiva de 3,9 por cento, desaceleraram (crescimento de 7,0 por cento em 2013).

Em relação a 2015, os dados publicados pelo INE apontam para um crescimento do PIB de 1,5 por cento. As principais componentes do PIB aumentaram acima do verificado no período homólogo[11].

Quadro 4 • PIB e principais componentes da despesa | Taxa de variação homóloga real

	2010	2011	2012	2013	2014 (p)	2015 (p)
PIB	1,9 %	-1,8 %	-4,0 %	-1,1 %	0,9 %	1,5 %
Consumo privado	2,4 %	-3,6 %	-5,5 %	-1,2 %	2,2 %	2,6 %
Consumo público	-1,3 %	-3,8 %	-3,3 %	-2,0 %	-0,5 %	0,6 %
Formação bruta de capital fixo	-0,9 %	-12,5 %	-16,6 %	-5,1 %	2,8 %	3,9 %
Exportações	9,5 %	7,0 %	3,4 %	7,0 %	3,9 %	5,2 %
Importações	7,8 %	-5,8 %	-6,3 %	4,7 %	7,2 %	7,4 %

Fonte: INE e Banco de Portugal.

Nota: (p) – dados preliminares

3.2. Atividade e rendibilidade

3.2.1. Volume de negócios

Após três anos consecutivos de quebra de atividade (ainda que com taxas cada vez menos negativas), o setor farmacêutico registou, em 2014, um crescimento do volume de negócios de 3 por cento (5 p.p. superior ao registado em 2013). A evolução do volume de negócios do setor compara favoravelmente com a do total das empresas, cujo volume de negócios aumentou 2 por cento em relação a 2013 (Gráfico 13).

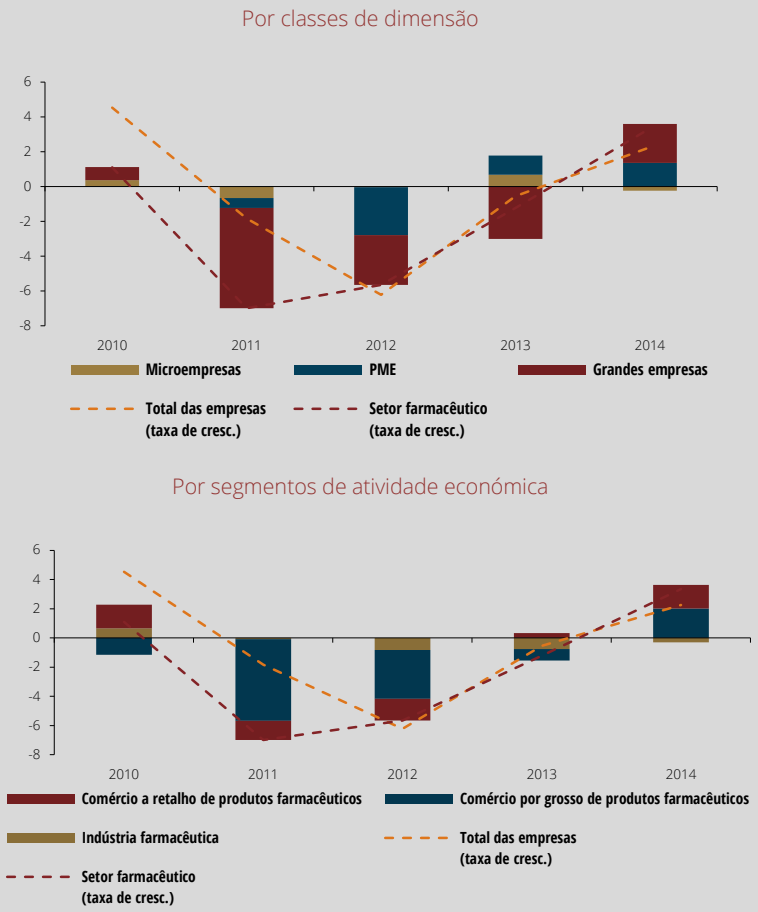
Por classes de dimensão, destacam-se os contributos para o crescimento do volume de negócios das grandes empresas (2 p.p., associado a um aumento de 6 por cento do volume de negócios) e das PME (1,3 p.p., em virtude de um crescimento de 3 por cento). As microempresas apresentaram uma quebra de atividade de 1 por cento, resultando num contributo negativo de 0,2 p.p. para a evolução do volume de negócios do setor.

Por segmentos de atividade económica, o comércio por grosso de produtos farmacêuticos e o comércio a retalho de produtos farmacêuticos determinaram a recuperação da atividade do setor farmacêutico. Os volumes de negócios destes segmentos aumentaram 3 e 7 por cento, respetivamente. Porém, é importante notar que, dado o seu maior peso relativo no setor farmacêutico, o comércio por grosso de produtos farmacêuticos contribuiu de forma mais assinalável para a variação agregada no setor (2,0 p.p.), seguido do comércio a retalho de produtos farmacêuticos (1,6 p.p.). Por sua vez, na indústria farmacêutica, o volume de negócios decresceu 3 por cento, contribuindo negativamente em 0,3 p.p. para a evolução agregada do setor.

A distribuição da taxa de crescimento do volume de negócios de 2013 para 2014 indicia uma situação mais positiva para a generalidade das empresas do setor farmacêutico (Gráfico 14), atendendo a que os vários pontos da distribuição (primeiro quartil, mediana e terceiro quartil) apresentaram, em 2014, valores superiores aos registados quando considerada a distribuição relativa a 2013. Verificou-se, contudo, um afastamento entre a média ponderada e a mediana da distribuição do setor. Apesar de o setor apresentar um crescimento médio do volume de negócios de 3 por cento, metade das suas empresas evidenciaram variações inferiores a 0,7 por cento no mesmo período.

Também nos diferentes segmentos de atividade económica houve, de uma forma genérica, uma variação positiva dos diferentes pontos das respetivas distribuições de valores individuais. Esta variação foi registada, em particular, no primeiro quartil e na mediana destas

Gráfico 13 • Volume de negócios | Contributos (em p.p.) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)



distribuições, determinando que estas apresentassem uma menor dispersão. No entanto, apenas no comércio por grosso de produtos farmacêuticos o valor médio não demonstrava qualquer enviesamento relativamente à situação individual das empresas dos segmentos. No comércio a retalho de produtos farmacêuticos, apesar de o volume de negócios ter aumentado, em média, 7 por cento, metade das empresas registou variações inferiores a 0,4 por cento. Já na indústria farmacêutica, não obstante o volume de negócios agregado ter decrescido 3 por cento, mais de metade das empresas aumentou o seu volume de negócios em termos individuais.

O diferencial entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada das compras e fornecimentos e serviços externos (FSE), em percentagem do volume de negócios, apresentou, para o setor farmacêutico, valores negativos em todo o horizonte temporal analisado. Em 2014, as importações do setor excederam as exportações em 15 por cento do volume de negócios, contrastando com o observado no total das empresas, cujo saldo foi positivo em 0,2 por cento (Gráfico 15).

O diferencial negativo entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada das compras e FSE, registado no setor como um todo, foi transversal a todas as classes de dimensão. As PME e as grandes empresas apresentaram os valores mais negativos (19 e 18 por cento, respetivamente).

Por segmentos de atividade económica, destacava-se a indústria farmacêutica, cuja atividade com o exterior tem registado, desde 2012, diferenciais positivos (8 por cento, em 2014), diminuindo, desta forma, o efeito do diferencial negativo evidenciado pelo comércio por grosso de produtos farmacêuticos (equivalente a 25 por cento do volume de negócios deste segmento, em 2014).

O crescimento de 3 por cento do volume de negócios do setor farmacêutico deveu-se essencialmente ao contributo do mercado interno (3 p.p.). O mercado externo apresentou um contributo marginal (0,1 p.p.). Apesar do referido diferencial negativo nas transações comerciais de bens e serviços do setor, o mercado externo contribuiu sempre positivamente, no período 2010-2014, para a evolução do volume de negócios do setor, mesmo em períodos em que a taxa de variação deste agregado foi negativa. Tal foi particularmente notório em 2011 e 2012, em virtude dos contributos negativos mais significativos do mercado interno (Gráfico 16).

Gráfico 14 • Volume de negócios | Distribuição por quartis e média ponderada da taxa de crescimento anual

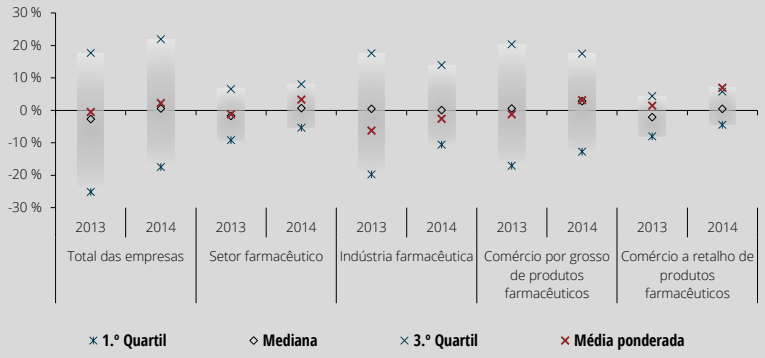


Gráfico 15 • Diferencial entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada das compras e FSE | Em percentagem do volume de negócios (2014)

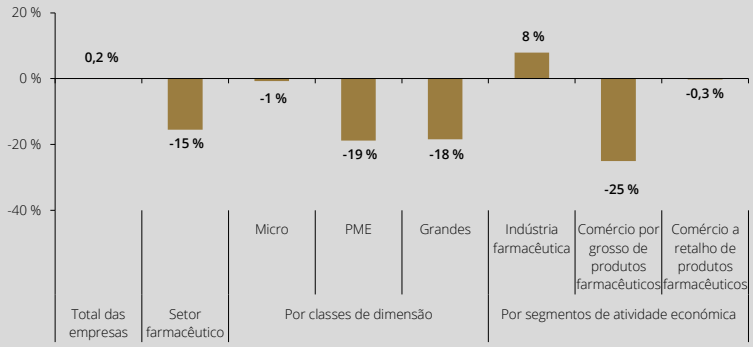
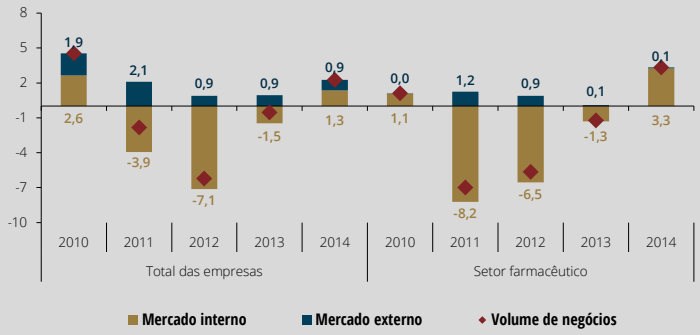


Gráfico 16 • Volume de negócios | Contributos dos mercados externo e interno (em p.p.) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)



3.2.2. Gastos da atividade operacional[12]

Os gastos da atividade operacional do setor farmacêutico, à semelhança do volume de negócios, aumentaram 3 por cento em 2014 (crescimento de 2 por cento no total das empresas) (Gráfico 17).

A componente dos FSE registou o crescimento mais acentuado (5 por cento). Os gastos com o pessoal e o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) aumentaram, em ambos os casos, 3 por cento. No entanto, a componente CMVMC foi responsável pelo maior contributo para a evolução do agregado, na medida em que representava 76 por cento dos gastos da atividade operacional do setor farmacêutico (59 por cento no total das empresas).

A maior relevância do CMVMC na estrutura dos gastos da atividade operacional do setor farmacêutico era transversal a todos os segmentos de atividade económica, ainda que mais assinalável nos segmentos do comércio por grosso de produtos farmacêuticos e do comércio a retalho de produtos farmacêuticos (79 e 78 por cento respetivamente) (Gráfico 18). Os FSE eram mais relevantes na indústria farmacêutica (27 por cento), segmento no qual os gastos com o pessoal assumiram igualmente maior preponderância (22 por cento).

Gráfico 17 • Gastos da atividade operacional | Contributos (em p.p.) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)

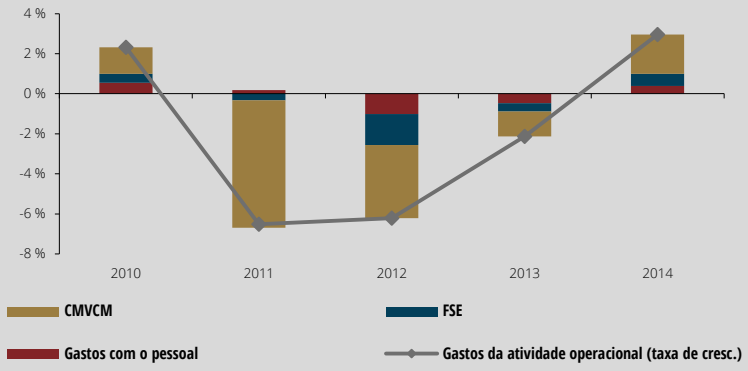
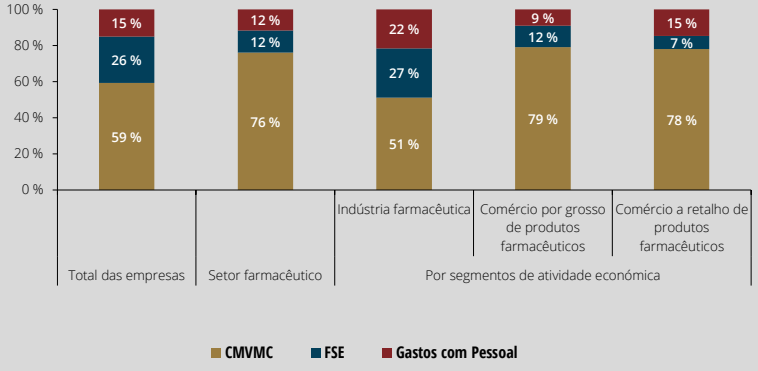


Gráfico 18 • Gastos da atividade operacional | Estrutura (2014)



3.2.3. *EBITDA*[13]

No setor farmacêutico, o crescimento do *EBITDA* abrandou, tal como no total das empresas. Em 2014, o *EBITDA* do setor aumentou 8 por cento, um crescimento 7 p.p. inferior ao verificado em 2013 (aumento de 1 por cento no total das empresas, em 2014, 9 p.p. abaixo do registado em 2013) (Gráfico 19).

A variação positiva do *EBITDA* do setor em 2014 deveu-se, em grande medida, à evolução do *EBITDA* do comércio a retalho de produtos farmacêuticos (aumento de 24 por cento face a 2013, contribuindo em mais de 5 p.p. para a variação do *EBITDA* agregado do setor farmacêutico).

Cerca de 64 por cento das empresas do setor farmacêutico apresentaram uma taxa de variação positiva do *EBITDA*, valor 10 p.p. superior ao observado para o total das empresas (Quadro 5).

Considerando as diferentes classes de dimensão, 65 por cento das microempresas registaram uma taxa de variação positiva do *EBITDA*, em 2014, o que compara com 63 e 50 por cento nas PME e nas grandes empresas, respetivamente.

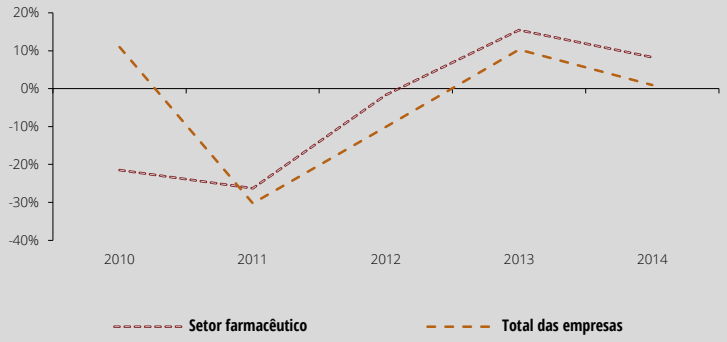
Por segmentos de atividade económica, 68 por cento das empresas do comércio a retalho de produtos farmacêuticos apresentaram uma taxa de variação positiva do *EBITDA*, em 2014, parcela que ascendeu a 55 por cento no comércio por grosso de produtos farmacêuticos e a 50 por cento na indústria farmacêutica.

Adicionalmente, a proporção de empresas com *EBITDA* negativo no setor farmacêutico foi menor, quando comparada com a do total das empresas (21 e 35 por cento, respetivamente). O valor deste indicador foi inferior nas classes de empresas de maior dimensão: 25 por cento nas microempresas, 8 por cento nas PME e 7 por cento nas grandes empresas.

A parcela de empresas com *EBITDA* negativo diminuiu em todas as classes de dimensão relativamente a 2013. As reduções mais significativas foram observadas nas microempresas (3 p.p.) e nas PME (2 p.p.).

Por segmentos de atividade económica, a indústria farmacêutica e o comércio por grosso de produtos farmacêuticos apresentaram a maior percentagem de empresas com *EBITDA* negativo (31 por cento, em ambos os casos, superior aos 17 por cento no comércio a retalho de produtos farmacêuticos). A indústria farmacêutica foi o único segmento de atividade a registar um aumento na proporção de empresas com *EBITDA* negativo face a 2013, ainda que residual.

Gráfico 19 • *EBITDA* | Taxa de crescimento anual



Quadro 5 • *EBITDA* | Proporção de empresas com taxa de crescimento positiva do *EBITDA* e com *EBITDA* negativo

		Empresas com a taxa de crescimento positiva do *EBITDA*		Empresas com *EBITDA* negativo	
		2013	2014	2013	2014
Total das empresas		53,6 %	53,9 %	36,2 %	35,3 %
Setor farmacêutico		62,4 %	64,3 %	24,4 %	21,4 %
Por classes de dimensão	Microempresas	62,0 %	64,9 %	27,6 %	24,6 %
	Pequenas e médias empresas	64,1 %	62,6 %	10,6 %	8,3 %
	Grandes empresas	57,7 %	50,0 %	7,7 %	6,9 %
Por segmentos de atividade económica	Indústria farmacêutica	59,1 %	49,6 %	29,9 %	30,7 %
	Comércio por grosso de produtos farmacêuticos	58,7 %	55,3 %	32,9 %	30,9 %
	Comércio a retalho de produtos farmacêuticos	63,9 %	68,3 %	20,9 %	17,3 %

3.2.4. Rendibilidade

Em 2014, prosseguindo a tendência de crescimento registada nos últimos dois anos, a rendibilidade dos capitais próprios do setor farmacêutico aumentou 1 p.p. em relação a 2013, ascendendo a 9 por cento (Gráfico 20).

A evolução da rendibilidade dos capitais próprios do setor farmacêutico acompanhou, a um nível superior, a evolução da rendibilidade do total das empresas. Em 2014, em particular, o crescimento registado no setor farmacêutico foi superior ao observado no total das empresas, para as quais a rendibilidade dos capitais próprios se manteve nos 3 por cento.

A indústria farmacêutica apresentou a rendibilidade mais elevada (12 por cento, em 2014), situação observada desde 2011. O comércio por grosso de produtos farmacêuticos e o comércio a retalho de produtos farmacêuticos evidenciaram rendibilidades de 8 e 7 por cento, respetivamente, em 2014.

A distribuição por quartis da rendibilidade dos capitais próprios das empresas do setor farmacêutico revela o posicionamento favorável do setor em relação ao total das empresas (valores superiores dos vários pontos de distribuição, quer em 2013, quer em 2014). Adicionalmente, foi notório, em relação a 2013, um aumento dos valores associados a cada um dos pontos da distribuição deste indicador para o setor farmacêutico (primeiro quartil, mediana e terceiro quartil), evidenciando uma melhoria generalizada da rendibilidade individual das empresas do setor. Esta evolução, no entanto, não refletiu, ao contrário do verificado nos restantes segmentos, um aumento da rendibilidade média da indústria farmacêutica, que, em 2014, inclusivamente diminuiu 2 p.p. em relação ao ano anterior (Gráfico 21).

Em linha com o observado para o total das empresas, a dispersão das rendibilidades individuais das empresas do setor farmacêutico aumentou em 2014. O intervalo interquartil (definido como a diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) aumentou 6 p.p. face a 2013 (aumento de 4 p.p. no total das empresas). Não obstante, a diferença entre o valor central da distribuição (mediana) e a média ponderada da rendibilidade do setor farmacêutico diminuiu para 0,2 p.p., evidenciando que a rendibilidade média do setor farmacêutico não se encontrava enviesada em relação à situação individual das empresas deste setor.

De entre os diferentes segmentos de atividade económica destacava-se a indústria farmacêutica, que, apesar de ter registado, em 2014, a rendibilidade média mais elevada, era o segmento que apresentava a situação genericamente menos favorável, quando consideradas as rendibilidades individuais das empresas. Na indústria farmacêutica, todos os pontos da distribuição situaram-se abaixo dos registados nos restantes segmentos. Com efeito, a indústria farmacêutica distinguia-se pelo enviesamento positivo (8 p.p.) do valor da média ponderada (12 por cento) face à mediana da respetiva distribuição (4 por cento), o que revela a existência, neste segmento, de um subconjunto relativamente reduzido de empresas com rendibilidades mais elevadas e com significativa influência sobre a rendibilidade média do segmento. Esta situação contrastava com a verificada nos restantes segmentos, cujas medianas e valores médios se situavam mais próximos.

A rendibilidade do setor farmacêutico e dos seus segmentos de atividade pode ser analisada de forma mais pormenorizada, tendo por base a margem operacional (*EBITDA* / rendimentos) e a margem líquida (resultado líquido do período (RLP) / rendimentos[13]) (Gráfico 22).

Em 2014, a margem operacional do setor farmacêutico ascendeu a 6 por cento dos rendimentos, sendo inferior em 2 p.p. à registada no total das empresas. Pelo contrário, na margem líquida, o setor farmacêutico comparava favoravelmente com o total das empresas (3 e 1 por cento, respetivamente).

A indústria farmacêutica apresentava as margens operacional (17 por cento) e líquida (8 por

Gráfico 20 • Rendibilidade dos capitais próprios

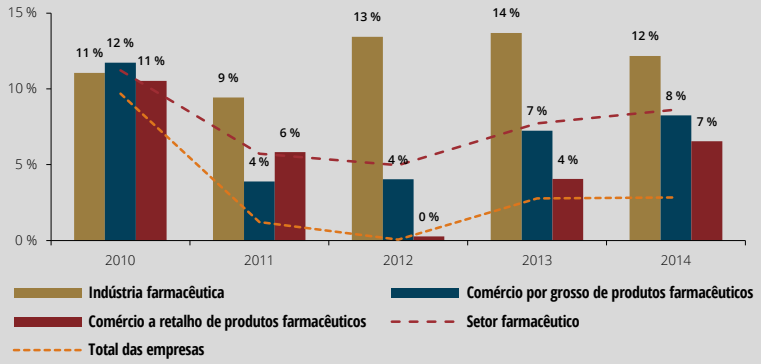
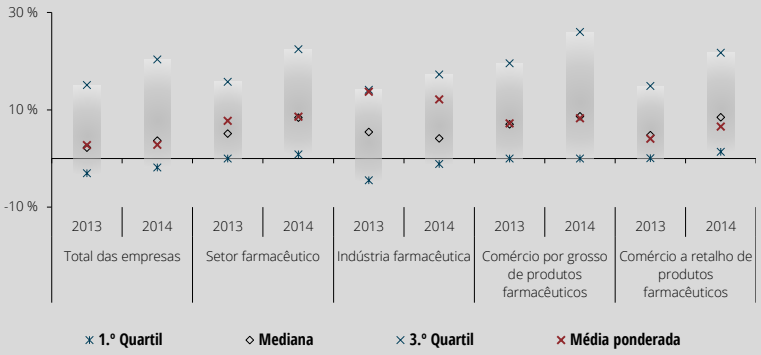


Gráfico 21 • Rendibilidade dos capitais próprios | Distribuição por quartis e média ponderada



cento) mais elevadas e o maior diferencial entre as duas margens (9 p.p.). No comércio a retalho de produtos farmacêuticos a margem operacional e a margem líquida ascendiam, respetivamente, a 7 e a 3 por cento. Por sua vez, o comércio por grosso de produtos farmacêuticos exibia o menor diferencial entre estas margens (2 p.p.), que eram, em ambos os casos, inferiores às dos demais segmentos (4 por cento na margem operacional e 2 por cento na margem líquida).

O maior diferencial registado na indústria farmacêutica decorria da maior relevância da componente de depreciações e amortizações nos seus resultados, em virtude de uma diferente estrutura dos seus ativos e passivos. Em 2014, 37 por cento do ativo do setor farmacêutico estava associado a ativos não correntes, percentagem que ascendia a 53 por cento na indústria farmacêutica, em grande medida associada ao contributo dos ativos fixos tangíveis, mas também dos ativos fixos intangíveis. Esta componente era inclusivamente mais relevante no comércio a retalho de produtos farmacêuticos, com a componente de ativos não correntes a representar 55 por cento dos passivos deste segmento (Gráfico 23). É de notar, em contraponto, a estrutura significativamente diversa de ativos, mas também de passivos, do comércio por grosso de produtos farmacêuticos, com perto de 80 por cento do ativo associado a ativos correntes e 55 por cento do passivo relativos a passivos correntes, em qualquer dos casos eminentemente relacionados com créditos comerciais. Na "Caixa 2 – Estrutura de ativos das empresas do setor farmacêutico" são detalhados estes resultados e apresentada a evolução recente destas componentes. Na secção 3.3.1 é analisada a componente passiva dos balanços das empresas do setor farmacêutico.

Gráfico 22 • Resultados | Peso face aos rendimentos (2014)

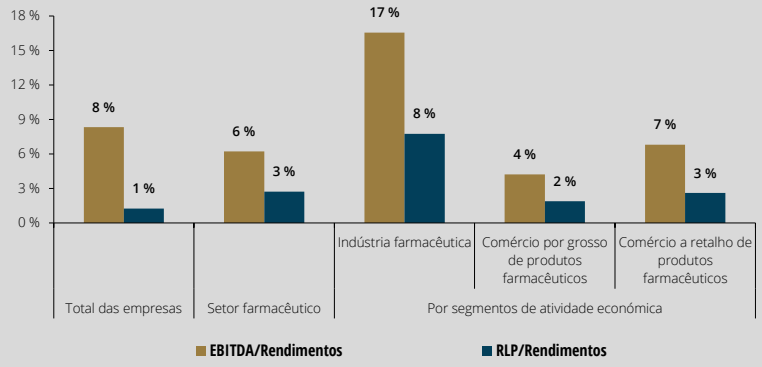
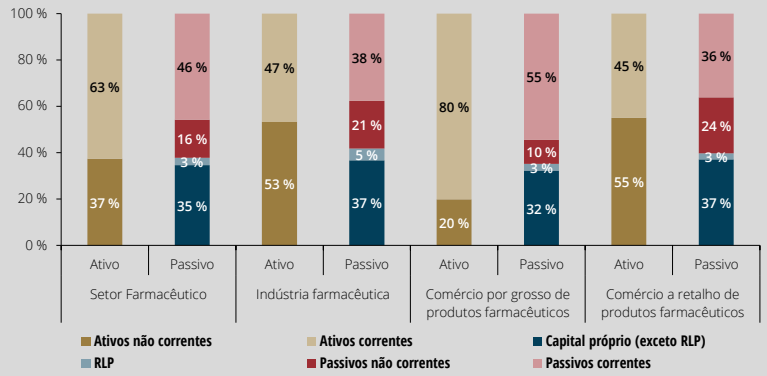


Gráfico 23 • Estrutura de ativos e de passivos do setor farmacêutico (2014)



Caixa 2 | Estrutura de ativos das empresas do setor farmacêutico

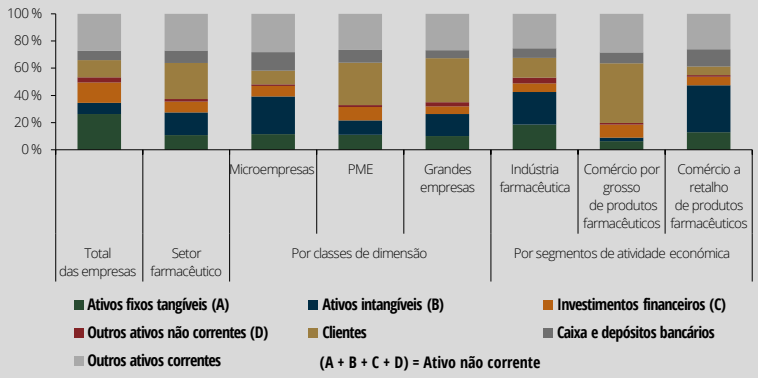
Em 2014, o ativo do setor farmacêutico era composto maioritariamente por rubricas associadas ao ativo corrente (63 por cento), o que contrastava com o observado no total das empresas, onde estas rubricas correspondiam a 47 por cento do respetivo ativo. Em comparação com 2010, a decomposição do ativo entre ativo corrente e ativo não corrente manteve-se praticamente inalterada, tanto no setor farmacêutico como um todo, como nas classes de dimensão e nos segmentos de atividade económica que o compõem, ainda que a composição destes conjuntos tenha sofrido algumas alterações.

Por classes de dimensão, as PME e as grandes empresas foram determinantes para a posição assumida pelas componentes do ativo corrente no ativo do setor farmacêutico, tendo representado nestas classes 68 e 66 por cento do ativo, respetivamente. Já nas microempresas, ambos os conjuntos de rubricas apresentavam pesos semelhantes, agregando o ativo corrente 52 por cento do respetivo ativo.

Quanto aos segmentos de atividade económica, a decomposição do ativo entre estes dois conjuntos de rubricas era, no comércio por grosso de produtos farmacêuticos, mais fortemente associada ao ativo corrente do que no setor farmacêutico como um todo (com este conjunto de rubricas a representar 81 por cento do ativo deste segmento). Na indústria farmacêutica e no comércio a retalho de produtos farmacêuticos a decomposição entre ativo corrente e ativo não corrente apresentava maior similitude com a do total das empresas. A estrutura de ativos das empresas do setor farmacêutico como um todo era, assim, determinada, de algum modo, pela estrutura das empresas que integravam o segmento do comércio por grosso de produtos farmacêuticos.

Em 2014, as rubricas de clientes e os ativos intangíveis agregavam 27 e 16 por cento do ativo do setor, respetivamente, valores significativamente superiores aos registados no total das empresas (13 e 8 por cento, respetivamente). Já os ativos fixos tangíveis e os investimentos financeiros assumiam menor relevância no setor farmacêutico (11 e 8 por cento, respetivamente) do que no total das empresas (26 e 15 por cento, respetivamente) (Gráfico 24).

Gráfico 24 · Estrutura do ativo (2014)



Ao nível das classes de dimensão, os ativos intangíveis assumiam maior relevância nas microempresas (28 por cento) e a rubrica de clientes era mais importante nas grandes empresas e nas PME (34 e 32 por cento, respetivamente). No que respeita aos segmentos de atividade económica, os pesos da rubrica de clientes no ativo do comércio por grosso de produtos farmacêuticos (44 por cento) e dos ativos intangíveis no comércio a retalho de produtos farmacêuticos (34 por cento) destacavam-se, ao apresentarem valores muito superiores aos registados no setor farmacêutico como um todo.

Em 2014, o ativo do setor farmacêutico aumentou cerca de 2 por cento em relação ao ano anterior. Este aumento contrasta com a diminuição observada no total das empresas (2 por cento) e com as variações negativas registadas, em ambos os casos, em 2013 (4 e 1 por cento, respetivamente) (Quadro 6).

O aumento do ativo do setor farmacêutico resultou dos contributos positivos da evolução das rubricas de outros ativos correntes (2 p.p., associado a um aumento de 20 por cento) e de caixa e depósitos bancários (1 p.p., associado a um crescimento de 14 por cento. Pelo contrário, a rubrica de clientes contribuiu negativamente para a evolução do ativo (2 p.p., associados a um decréscimo de 6 por cento). No total das empresas, a responsabilidade pela variação da taxa de crescimento do ativo foi essencialmente da rubrica de investimentos financeiros (contributo negativo de 2 p.p., associado a um decréscimo de 10 por cento).

Quadro 6 · Ativo| Contributos das componentes (em p.p.) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)

			Total das empresas		Setor farmacêutico	
			2013	2014	2013	2014
Total do ativo (taxa de crescimento anual)			-1,4	-1,9	-4,0	1,5
Contributos para a taxa de crescimento anual do ativo do setor farmacêutico (em p.p.)	Ativo não corrente	Ativos fixos tangíveis	-0,3	0,0	-0,1	-0,4
		Ativos intangíveis	0,0	-0,2	0,5	0,4
		Investimentos financeiros	-0,2	-1,5	-0,6	0,2
		Outros ativos não correntes	0,2	0,1	0,0	-0,1
	Ativo corrente	Clientes	-0,4	-0,1	-3,1	-1,7
		Caixa e depósitos bancários	0,3	0,5	-0,2	1,1
		Outros ativos correntes	-1,1	-0,7	-0,6	2,1

3.3. Situação financeira

3.3.1. Estrutura financeira

Em 2014, o setor farmacêutico apresentava um rácio de autonomia financeira de 38 por cento, 8 p.p. superior ao do total das empresas. A autonomia do setor aumentou, em termos médios, 4 p.p. em relação a 2010, comparando favoravelmente com o total das empresas (diminuição de 1 p.p.) (Gráfico 25).

Considerando a análise dos valores individuais, tanto em 2010 como em 2014, o valor médio de autonomia financeira apresentava um menor enviesamento no setor farmacêutico do que no total das empresas (diferença entre a média ponderada e a mediana de -2 p.p. no setor farmacêutico e de 5 p.p. no total das empresas, em 2014).

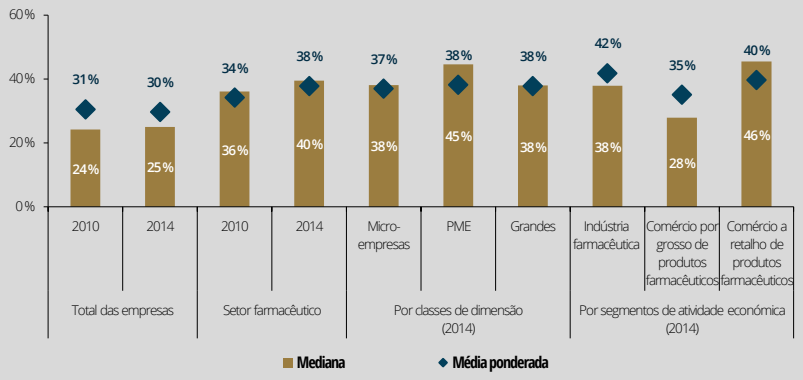
O rácio de autonomia financeira era relativamente similar independentemente da classe de dimensão das empresas do setor (em torno de 38 por cento em 2014). No entanto, nas PME, a mediana deste indicador situou-se cerca de 6 p.p. acima do valor médio, indicando que metade das PME do setor tinha um rácio de autonomia financeira superior a 45 por cento. Esta situação contrastava com o observado nas restantes classes de dimensão, nas quais o valor médio era praticamente coincidente com a mediana.

Por segmentos de atividade económica, a indústria farmacêutica apresentava a autonomia financeira mais elevada (42 por cento) e o comércio por grosso de produtos farmacêuticos a mais baixa (35 por cento), ainda que superior em 7 p.p. à mediana deste segmento. O valor médio de autonomia financeira do comércio a retalho de produtos farmacêuticos (40 por cento) situou-se, por sua vez, 6 p.p. abaixo da mediana.

Em 2014, 16 por cento das empresas do setor farmacêutico mostravam particular vulnerabilidade, ao registarem capitais próprios negativos. Ainda assim, este valor comparava favoravelmente, tal como em todo o período 2010-2014, com o observado no total das empresas (30 por cento em 2014) (Quadro 7). De resto, entre 2010 e 2014, a parcela de empresas com capitais próprios negativos aumentou ligeiramente no setor farmacêutico (2 p.p.), tendo crescido de forma mais significativa no total das empresas (4 p.p.).

Nenhuma das grandes empresas do setor registou capitais próprios negativos em todo o período em análise. Em 2014, 19 por cento das microempresas e perto de 6 por cento das PME do setor apresentavam capitais próprios negativos. No conjunto das PME esta proporção tem vindo a decrescer, ao contrário do verificado no setor como um todo.

Gráfico 25 • Autonomia financeira | Média ponderada e mediana da distribuição



Quadro 7 • Autonomia financeira | Proporção de empresas com capitais próprios negativos

		2010	2014
Total das empresas		25,5 %	29,5 %
Setor farmacêutico		14,7 %	16,4 %
Por classes de dimensão	Microempresas	17,3 %	19,1 %
	Pequenas e médias empresas	6,6 %	5,5 %
	Grandes empresas	0,0 %	0,0 %
Por segmentos de atividade económica	Indústria farmacêutica	13,0 %	18,6 %
	Comércio por grosso de produtos farmacêuticos	22,9 %	25,2 %
	Comércio a retalho de produtos farmacêuticos	11,7 %	12,9 %

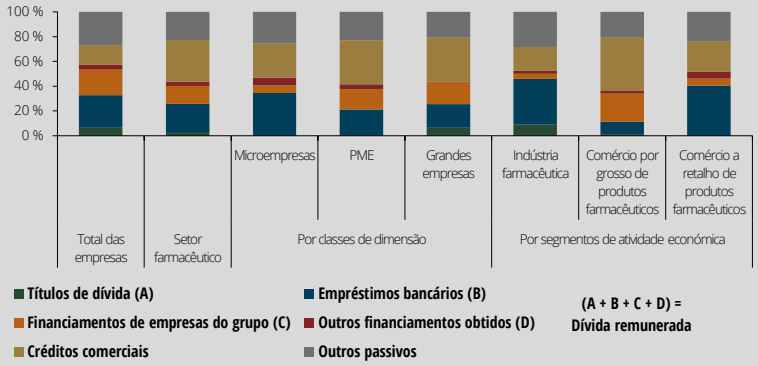
Por segmentos de atividade económica, o comércio por grosso de produtos farmacêuticos apresentava a maior parcela de empresas com capitais próprios negativos (25 por cento em 2014). Em situação oposta encontrava-se o comércio a retalho de produtos farmacêuticos, com 13 por cento das empresas nesta situação. Apesar de ocupar uma posição intermédia (19 por cento), a indústria farmacêutica foi a atividade em que a proporção de empresas com capitais próprios negativos mais cresceu em relação a 2010 (6 p.p.).

À semelhança do que se verifica para a generalidade dos setores de atividade económica em Portugal, o financiamento com recurso a capital alheio é um meio importante para a atividade das empresas do setor farmacêutico. Em 2014, a dívida remunerada[15] representava 43 por cento do passivo do setor farmacêutico, uma parcela 14 p.p. inferior à observada no total das empresas (Gráfico 26).

Os empréstimos bancários[16] e os financiamentos de empresas do grupo (23 e 14 por cento do passivo, respetivamente) constituíam as componentes mais relevantes da dívida remunerada do setor. Os títulos de dívida apresentavam um peso marginal (2 por cento), ainda que assumissem maior relevância no passivo das grandes empresas do setor (7 por cento). Destacava-se ainda o peso dos empréstimos bancários nas PME e nas grandes empresas (21 e 19 por cento dos respetivos passivos), inferior, ainda assim, à sua relevância no conjunto das microempresas (34 por cento do passivo).

Nos segmentos de atividade económica, os empréstimos bancários totalizavam 40 por cento do passivo no comércio a retalho de produtos farmacêuticos e 37 por cento na indústria farmacêutica. No comércio por grosso de produtos farmacêuticos, o peso dos empréstimos bancários era menor (10 por cento do passivo); já os financiamentos de empresas do

Gráfico 26 • Estrutura do passivo (2014)



grupo apresentavam maior relevância (23 por cento).

Os créditos comerciais representavam 34 por cento do passivo do setor farmacêutico, um peso superior em 18 p.p. ao verificado no total das empresas. A relevância desta componente era superior nas PME e nas grandes empresas (36 por cento do passivo, em ambos os casos) e menor nas microempresas (28 por cento).

Já no que respeita aos segmentos de atividade económica, os créditos comerciais representavam 44 por cento do passivo no comércio por grosso de produtos farmacêuticos, 25 por cento no comércio a retalho de produtos farmacêuticos e 19 por cento na indústria farmacêutica.

O passivo do setor farmacêutico registou um decréscimo residual em 2014 (de 1 por cento, inferior à queda de 2 por cento observada no total das empresas), após ter diminuído 8 por cento em 2013 (2 por cento no total das empresas) (Quadro 8).

A evolução marginal do passivo do setor farmacêutico resultou, em grande medida, da compensação das evoluções das várias componentes, com destaque para o contributo negativo dos empréstimos bancários (3,4 p.p.) e para os contributos positivos dos outros passivos (1,9 p.p.), financiamentos de empresas do grupo (0,8 p.p.) e títulos de dívida (0,6 p.p.). Esta situação contrastou com a verificada em 2013, ano em que todas as componentes, com exceção dos outros passivos, contribuíram negativamente para a evolução do passivo do setor, salientando-se o contributo negativo da componente de financiamentos de empresas do grupo (4,6 p.p.).

Quadro 8 • Passivo | Contributos das componentes (em p.p.) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)

		2013	2014
Total das empresas		-2,3	-1,9
Setor farmacêutico		-7,9	-0,8
Componentes (contributos em p.p.)	Títulos de dívida	-0,4	0,6
	Empréstimos bancários	-0,6	-3,4
	Financiamentos de empresas do grupo	-4,6	0,8
	Outros financiamentos obtidos	-1,1	-0,2
	Créditos comerciais	-2,1	-0,5
	Outros passivos	0,9	1,9

Caixa 3 | Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente[17]

Em 2014, os empréstimos obtidos junto do setor financeiro representavam 54 por cento da dívida remunerada do setor farmacêutico (23 por cento do passivo total). No mesmo ano, 66 por cento das empresas do setor farmacêutico apresentavam empréstimos junto do setor financeiro residente em Portugal[18] (57 por cento no total das empresas).

Os empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente ao setor farmacêutico têm diminuído desde 2011 e totalizavam, no final de 2015, 1 192 milhões de euros, menos 116 milhões de euros do que em 2014. Esta tendência de decréscimo verificada ao longo dos anos é comum aos três segmentos que compõem o setor (Gráfico 27).

Em 2015, as microempresas e as PME detinham 45 por cento e 40 por cento, respetivamente, dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro ao setor farmacêutico; as grandes empresas detinham 15 por cento (Gráfico 28). Comparativamente com a estrutura observada em 2010, o peso relativo das microempresas aumentou 13 p.p., tornando-as no grupo que mais contribui para o endividamento do setor junto do sistema financeiro residente.

Por segmentos de atividade, no final de 2015, o comércio a retalho de produtos farmacêuticos detinha a maior parcela (58 por cento) do financiamento obtido junto do setor financeiro residente pelo setor farmacêutico, seguido do comércio por grosso de produtos farmacêuticos (24 por cento) e da indústria farmacêutica (18 por cento).

Gráfico 27 · Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente ao setor farmacêutico (em milhões de euros)

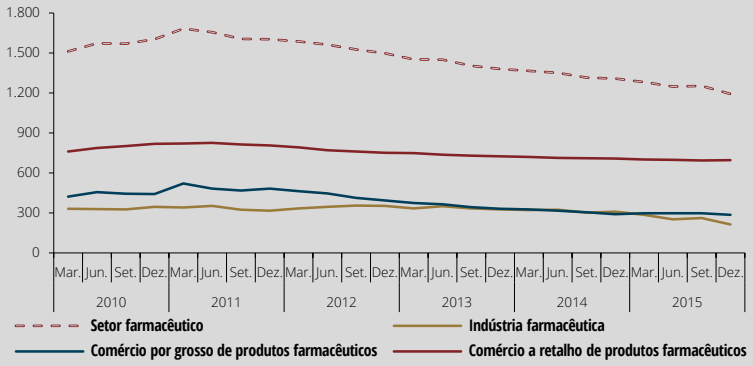
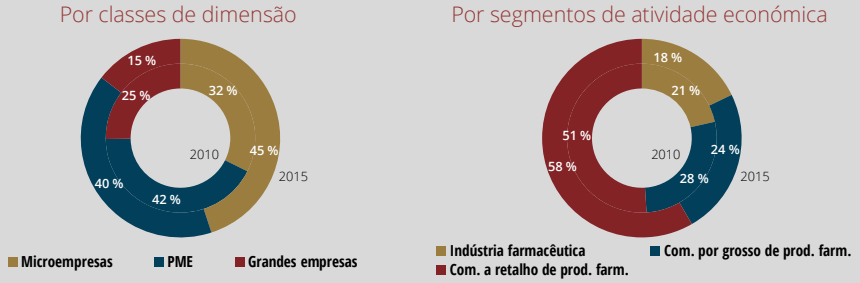


Gráfico 28 · Estrutura do financiamento obtido pelo setor farmacêutico junto do sistema financeiro residente (2010 e 2015)



No que concerne aos indicadores de incumprimento do setor farmacêutico, verifica-se que, ao longo dos anos em análise, o rácio de crédito vencido[19] cresceu, ainda que de forma menos acentuada entre 2014 e 2015 (Gráfico 29). Em 2015, totalizava 12,5 por cento (16,2 por cento para o total das empresas), tendo aumentado 1,8 p.p. face a 2014. De notar que, em 2010 e 2011, o setor farmacêutico registava um rácio de crédito vencido significativamente inferior ao do total das empresas. Entre 2011 e 2014, apresentou variações significativas neste indicador, voltando a evidenciar, em 2015, alguma estabilidade.

As microempresas concentravam 76 por cento do crédito vencido do setor farmacêutico, apresentando um rácio de crédito vencido de 21 por cento.

Por segmentos de atividade, em 2015, o incumprimento concentrou-se nos segmentos do comércio por grosso e no comércio a retalho de produtos farmacêuticos, com rácios de crédito vencido de 12,4 por cento e 16 por cento, respetivamente. O segmento da indústria farmacêutica, com um rácio de crédito vencido de 1 por cento, foi o que menos contribuiu para o incumprimento do setor.

No final de 2015, a percentagem de devedores com crédito vencido no setor farmacêutico atingiu 18 por cento, um valor semelhante ao observado em 2014 (Gráfico 30). Em relação a 2014, este indicador aumentou tanto no comércio por grosso de produtos farmacêuticos como no comércio a retalho de produtos farmacêuticos (0,1 p.p. e 0,3 p.p., respetivamente). Apesar do aumento menos significativo, o comércio por grosso de produtos farmacêuticos apresentou a percentagem de devedores com crédito vencido mais elevada (23,2 por cento). O segmento da indústria farmacêutica foi o único em que a percentagem de devedores em incumprimento decresceu (0,8 p.p., para 12,1 por cento).

Ainda que os indicadores de incumprimento médios do setor farmacêutico comparem positivamente com os do total das empresas, importa ter presente a disparidade existente entre os diversos segmentos de atividade económica, com destaque para o comportamento, nos últimos anos, do rácio de crédito vencido do comércio a retalho de produtos farmacêuticos.

Gráfico 29 · Rácio de crédito vencido (valores em fim de período)

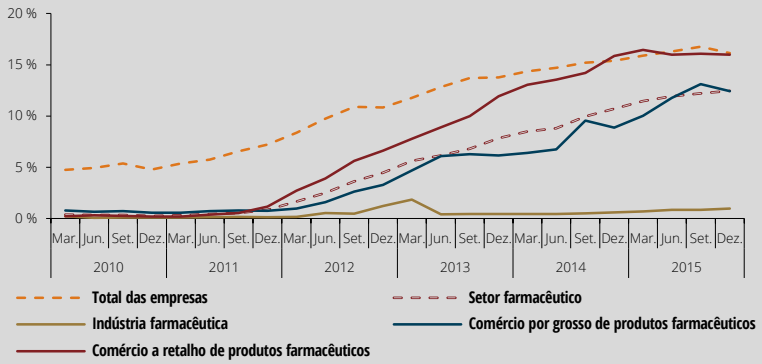
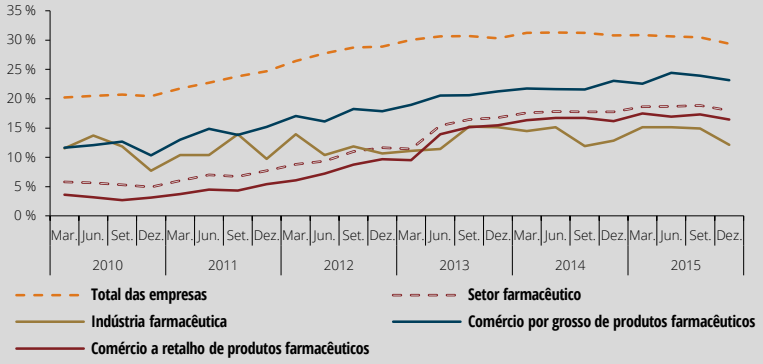


Gráfico 30 · Percentagem de devedores com crédito vencido (valores em fim de período)



3.3.2. Gastos de financiamento e solvabilidade

Em 2014, os juros suportados pelo setor farmacêutico diminuíram, em média, 10 por cento relativamente ao ano anterior, uma redução superior ao decréscimo de 7 por cento registado pelo total das empresas (Gráfico 31). A taxa de variação média dos juros suportados pelas empresas do setor apresentava uma maior aproximação ao valor da mediana da distribuição das taxas de variação individuais (diferencial de 2 p.p.). Esta situação contrastava com a do total das empresas (13 p.p.), em que uma parte significativa das empresas registou diminuições dos juros suportados superiores ao indicado pela taxa de variação média.

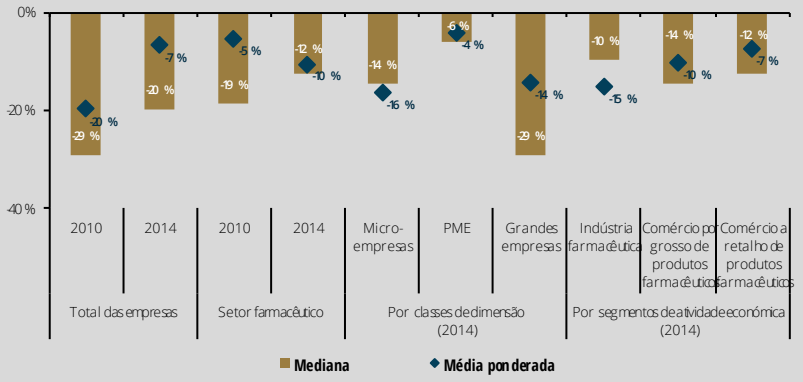
Os juros suportados pelas microempresas e pelas grandes empresas diminuíram, respetivamente, 16 e 14 por cento, ao passo que nas PME o decréscimo foi menos significativo (4 por cento). No entanto, metade das grandes empresas registou quebras dos juros suportados superiores a 29 por cento, divergindo do valor médio verificado.

A diminuição dos juros suportados também foi generalizada a todos os segmentos de atividade, parcialmente devido a uma redução da dívida remunerada. A indústria farmacêutica verificou o maior decréscimo dos juros suportados (15 por cento). No comércio por grosso de produtos farmacêuticos e no comércio a retalho de produtos farmacêuticos, os juros suportados diminuíram 10 e 7 por cento, respetivamente. A análise da mediana das distribuições dos segmentos evidencia, todavia, um enviesamento negativo do valor médio da taxa de crescimento dos juros suportados na indústria farmacêutica, em oposição a um enviesamento positivo nos restantes segmentos. No comércio por grosso de produtos farmacêuticos, metade das empresas apresentou reduções dos juros suportados superiores a 14 por cento, valor que compara com 12 por cento no comércio a retalho de produtos farmacêuticos e 10 por cento na indústria farmacêutica.

Em 2014, o rácio de pressão financeira do setor farmacêutico, avaliado pelo peso dos juros suportados no *EBITDA* agregado do setor, diminuiu 3 p.p. relativamente ao ano anterior, para 13 por cento. À semelhança do verificado em todo o período 2010-2014, este rácio foi superior no total das empresas (28 por cento em 2014) (Gráfico 32).

A redução da pressão financeira do setor farmacêutico foi transversal a todas as classes de dimensão e segmentos de atividade económica. Apesar de registarem, em 2014, os decréscimos mais significativos deste indicador (7 p.p. e 6 p.p., respetivamente), as microempresas e o comércio a retalho de produtos farmacêuticos apresentaram os níveis mais elevados de pressão financeira (18 por cento, em ambos os casos).

Gráfico 31 • Juros suportados | Média ponderada e mediana da taxa de crescimento anual



Apesar da menor pressão financeira suportada pelo setor farmacêutico, a informação individual mostra que, em 2014, 20 por cento das empresas não geraram *EBITDA* suficiente para suportar os juros resultantes da sua dívida remunerada, proporção, ainda assim, inferior à verificada no total das empresas (34 por cento) (Gráfico 33). No sentido oposto, 73 por cento das empresas do setor farmacêutico apresentaram níveis de pressão financeira inferiores a 0,5 (61 por cento no total das empresas).

Cerca de 88 por cento das grandes empresas permaneciam com pelo menos metade do *EBITDA* disponível após o pagamento dos respetivos juros suportados (83 por cento nas PME e 70 por cento nas microempresas).

Por segmentos de atividade económica, sobressaíam a indústria farmacêutica e o comércio a retalho de produtos farmacêuticos, nos quais 75 por cento das empresas apresentavam níveis de pressão financeira inferiores a 0,5. Já o comércio por grosso de produtos farmacêuticos registou a maior percentagem de empresas com *EBITDA* insuficiente para cobrir os encargos com juros suportados (29 por cento).

Gráfico 32 • Peso dos juros suportados no *EBITDA* | Por classes de dimensão e por segmentos de atividade económica (2013 e 2014)

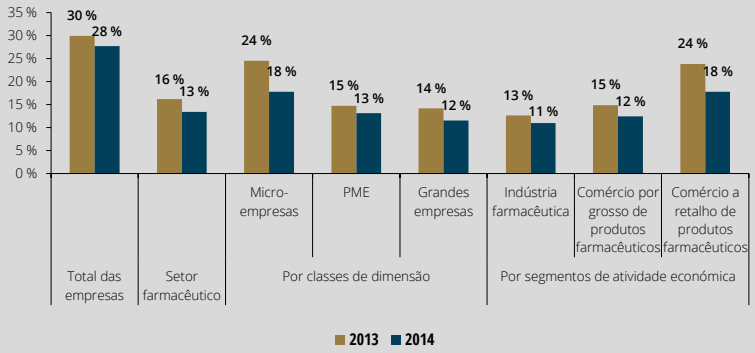
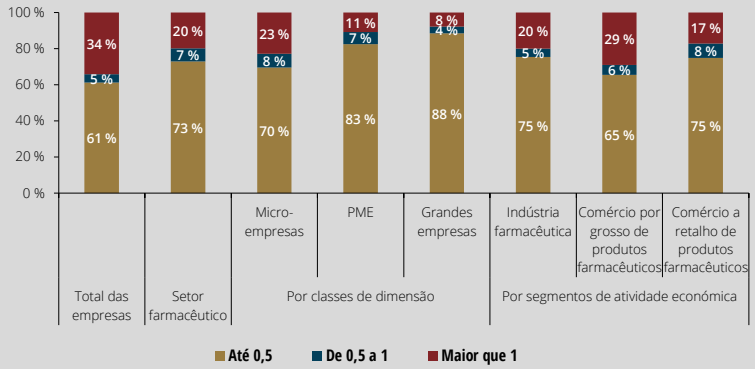


Gráfico 33 • Pressão financeira | Distribuição das empresas por classes de desempenho (2014)



Nota: A classe "Maior que 1" inclui as empresas com *EBITDA* negativo.

3.3.3. Financiamento por dívida comercial

O financiamento por dívida comercial constituía, em 2014, a maior parcela do passivo do setor farmacêutico (34 por cento, valor superior aos 16 por cento do passivo no total das empresas).

O prazo médio de pagamentos foi de 77 dias no setor farmacêutico (valor similar ao registado no total das empresas), enquanto o prazo médio de recebimentos situou-se em 86 dias (74 dias no total das empresas). Em média, as empresas deste setor demoraram mais nove dias a receber dos seus clientes do que a pagar aos respetivos fornecedores, situação inversa à verificada no total das empresas, cujo prazo médio de recebimentos foi inferior ao prazo médio de pagamentos. Comparativamente com 2013, os prazos médios de pagamentos e de recebimentos do setor farmacêutico diminuíram quatro e oito dias, respetivamente, reduções superiores às verificadas no total das empresas (dois dias em ambos os indicadores).

O indicador líquido do financiamento por dívida comercial relaciona os saldos de fornecedores e de clientes com o volume de negócios, ajudando a compreender a forma como as empresas utilizam este meio de financiamento. Um valor positivo implica que a empresa dispõe de um saldo de fornecedores superior ao saldo de clientes, ou seja, que a empresa está a obter financiamento através dos seus fornecedores. Um valor negativo deste indicador implica a existência de um saldo de clientes superior ao de fornecedores, significando que, globalmente, a empresa está a financiar os seus clientes.

Em 2014, o financiamento por dívida comercial do setor farmacêutico em percentagem do volume de negócios foi negativo em 6 por cento, o que revela que o setor não obteve financiamento, em termos líquidos, por esta via. Esta situação, em linha com o verificado no total das empresas (-3 por cento, em 2014), ocorreu de forma estrutural ao longo do período analisado (Gráfico 34). No entanto, o financiamento líquido por dívida comercial do setor farmacêutico apresentou, em 2014, uma ligeira melhoria em relação a 2013 (1,5 p.p.), prosseguindo a tendência registada desde 2011 (por contraponto à elevada estabilidade deste indicador no total das empresas).

As microempresas do setor evidenciaram, em 2014, um saldo positivo para este indicador, equivalente a 8 por cento do volume de negócios. Pelo contrário, as PME e as grandes empresas apresentaram financiamentos líquidos por dívida comercial negativos em 9 por cento do volume de negócios, refletindo, ainda assim, em ambos os casos, uma melhoria deste indicador pelo terceiro ano consecutivo. Em consequência, as PME e as grandes empresas contribuíram para a melhoria deste indicador no setor como um todo, em virtude da redução do seu saldo negativo face a 2013 (em 2 p.p. e 3 p.p., respetivamente). Já nas microempresas, apesar de positivo, o financiamento líquido por dívida comercial diminuiu em relação a 2013 (2 p.p.).

Considerando os diferentes segmentos de atividade económica, o comércio a retalho de produtos farmacêuticos foi o único que obteve financiamento líquido por dívida comercial (8 por cento do volume de negócios). Os restantes segmentos registaram um financiamento líquido por dívida comercial negativo (11 por cento no comércio por grosso de produtos farmacêuticos e 6 por cento na indústria farmacêutica). A recuperação verificada pelo saldo do comércio por grosso de produtos farmacêuticos em 2014 (3 p.p.) foi crucial para explicar a evolução do setor em relação a 2013, contrastando com as variações negativas nos restantes segmentos (2 p.p. em ambos os casos).

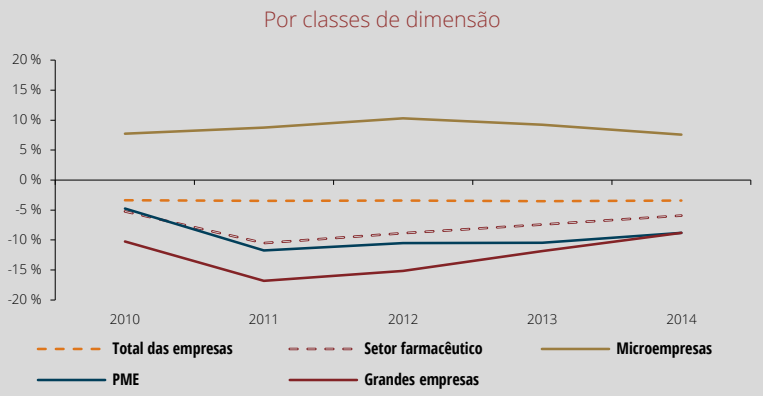
Estes dados são corroborados através da avaliação do financiamento líquido por dívida comercial individual das empresas do setor farmacêutico.

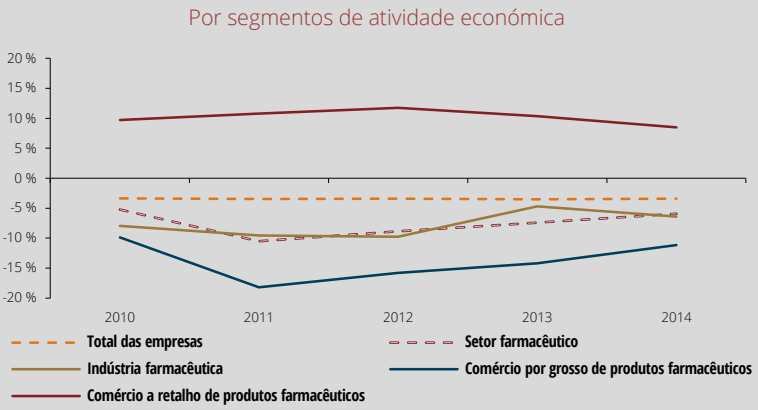
Perto de três quartos das empresas do comércio a retalho de produtos farmacêuticos apresentaram valores positivos para este indicador, sendo responsáveis por similar parcela do volume de negócios do segmento (74 por cento).

Nos restantes segmentos, verificava-se a situação inversa, com 57 por cento das empresas da indústria farmacêutica e 61 por cento das empresas do comércio por grosso de produtos farmacêuticos a registarem diferenciais negativos entre os seus saldos de clientes e de fornecedores (empresas estas que tinham associado 63 por cento e 78 por cento do volume de negócios de cada um dos segmentos, respetivamente).

A diferente repartição entre os segmentos de atividade que compõem o setor farmacêutico determinou que a maioria das empresas do setor tenha apresentado um financiamento líquido por dívida comercial positivo (63 por cento das empresas). No entanto, a parcela mais significativa do volume de negócios estava associada ao conjunto de empresas com financiamento líquido por dívida comercial negativo (64 por cento do volume de negócios do setor).

Gráfico 34 • Financiamento líquido por dívida comercial | Em percentagem do volume de negócios





Nota: O financiamento líquido por dívida comercial foi calculado pela diferença entre o saldo de fornecedores (líquido de adiantamentos) e o saldo de clientes (líquido de adiantamentos e ajustamentos).

Notas

1. Por uma questão de simplificação utilizam-se neste Estudo as expressões "empresa" e "sociedade" de forma indiferenciada. Ambas se referem às empresas que integram o setor institucional das Sociedades não Financeiras (SNF). O setor das SNF constitui um dos setores institucionais da economia. A setorização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (SEC 2010), aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho através do Regulamento n.º 549/2013, de 21 de maio. O SEC 2010 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. A série em estudo (2010-2014) tem subjacente a delimitação do universo SEC 2010. Tendo por base o normativo das contas nacionais, os empresários em nome individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos Particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste Estudo para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5 por cento do respetivo volume de negócios).

2. A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de quatro mil empresas, representativas de 50 por cento do volume de negócios das SNF. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os Suplementos ao Boletim Estatístico 1/2008 – *Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços* e 2/2013 – *Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas*, bem como a publicação Estudos da Central de Balanços | 19 - *Quadros do Setor e Quadros da Empresa e do Setor – Notas Metodológicas | Série Longa 1995-2013*, de novembro de 2014.

3. Com base em dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) do INE, disponível em www.ine.pt.

4. Para um maior detalhe sobre o total das empresas, pode ser consultado o Estudo da Central de Balanços | 23 – *Análise Setorial das Sociedades Não Financeiras em Portugal 2010-2015*, de novembro de 2015.

5. Por questões de arredondamento, os totais de alguns quadros e gráficos podem não corresponder à soma das parcelas.

6. A definição das classes de dimensão das empresas utilizada neste Estudo encontra-se detalhada em Anexo.

7. A localização geográfica refere-se ao distrito onde se localiza a sede da empresa.

8. A definição da maturidade das empresas utilizada neste Estudo encontra-se detalhada em anexo.

9. Como definido no Eurostat – *OECD Manual on Business Demography Statistics*, as empresas de elevado crescimento caraterizam-se por terem uma taxa de crescimento média anual superior a 20 por cento, num período de três anos consecutivos. Considerou-se o volume de negócios como variável para o cálculo da taxa. Para mais informação deve ser consultada a publicação Estudos da Central de Balanços | 12 – *Estrutura e Dinâmica das SNF 2006-2012*, de novembro de 2013.

10. A definição de setor exportador encontra-se detalhada na publicação Estudos da Central de Balanços| 22 – *Análise das empresas do setor exportador em Portugal*, de junho de 2015.

11. Para mais informações acerca da evolução da atividade em Portugal, pode ser consultado o *Boletim Económico* de junho de 2016, disponível em www.bportugal.pt.

12. O agregado "gastos da atividade operacional" é calculado a partir da soma dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) com os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

13. *EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* é o resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

14. Por uma questão de simplificação utiliza-se neste Estudo a expressão "rendimentos" que corresponde ao "total de rendimentos líquidos", obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

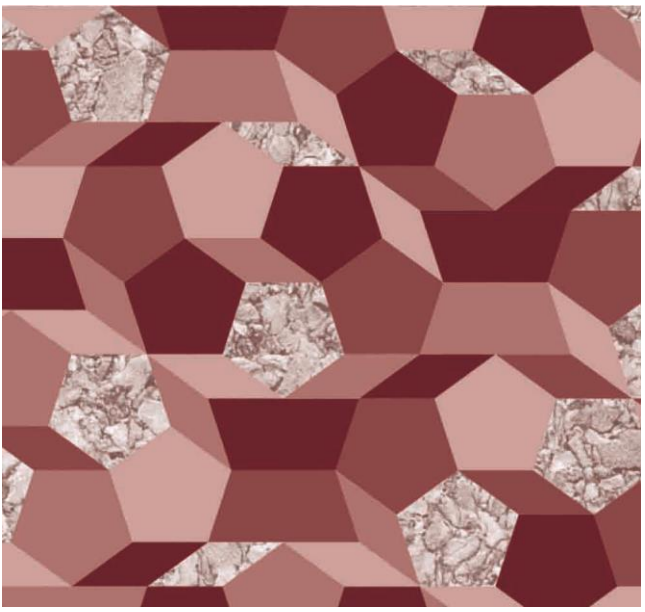
15. A dívida remunerada corresponde ao conjunto dos financiamentos remunerados obtidos. Uma definição mais detalhada é apresentada em anexo.

16. A "Caixa 3 | Empréstimos concedidos pelo sistema financeiro residente" disponibiliza informação complementar sobre esta fonte de financiamento.

17. Informação com base na Central de Responsabilidades de Crédito, a qual é uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes) sobre créditos concedidos. Para mais informação, pode ser consultado o Caderno n.º 5 do Banco de Portugal, *Central de Responsabilidades de Crédito*.

18. Incluem, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo (genericamente designados por "bancos" neste estudo), bem como sociedades de *factoring*, sociedades financeiras para aquisições a crédito e sociedades de locação financeira. De notar que, em 2015, mais de 95 por cento do crédito concedido a empresas não financeiras por instituições de crédito (IC) residentes teve origem em bancos.

19. Para o rácio de crédito vencido é utilizada a informação sobre créditos concedidos por IC residentes da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, sendo calculada a proporção dos montantes de crédito vencido no total de crédito obtido. O crédito considera-se vencido quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. De notar que esta informação tem por base saldos de crédito registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, atendendo a que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa do crédito permanece, muitas vezes, registada como crédito vencido, sendo progressivamente substituído por crédito abatido ao ativo. Para mais informações pode ser consultado o *Boletim Económico* de maio de 2015, disponível em www.bportugal.pt.



Anexo

Principais indicadores do setor farmacêutico

Síntese metodológica

ANEXO • Principais indicadores do setor farmacêutico (2014)

	Caraterização do setor		Atividade		Financiamento							Rendibilidade
	Volume de negócios detido por grandes empresas	Volume de negócios detido pelas maiores empresas (TOP 10 %)	Taxas de crescimento		Autonomia financeira	Taxas de crescimento		Financiamento líquido por dívida comercial (% volume de negócios)	Peso dos juros suportados no *EBITDA*	Empréstimos obtidos junto de IC residentes (final de 2015)		Rendibilidade dos capitais próprios
			Volume de negócios	*EBITDA*		Créditos comerciais	Empréstimos bancários			% empresas com crédito vencido	Rácio de crédito vencido	
Total das empresas	43 %	89 %	2 %	1 %	30 %	-1 %	-8 %	-3 %	28 %	29 %	16 %	3 %
Setor farmacêutico	40 %	77 %	3 %	8 %	38 %	-1 %	-13 %	-6 %	13 %	18 %	12 %	9 %
Indústria farmacêutica	53 %	73 %	-3 %	-2 %	42 %	-6 %	-7 %	-6 %	11 %	12 %	1 %	12 %
Comércio por grosso de produtos farmacêuticos	51 %	83 %	3 %	8 %	35 %	2 %	-28 %	-11 %	12 %	23 %	12 %	8 %
Comércio a retalho de produtos farmacêuticos	4 %	31 %	7 %	24 %	40 %	-9 %	-7 %	8 %	18 %	16 %	16 %	7 %

Peso do setor farmacêutico

	Número de empresas		Volume de negócios		Número de pessoas ao serviço	
	2006	2014	2006	2014	2006	2014
Total das empresas	0,67 %	0,92 %	3,03 %	3,29 %	1,04 %	1,31 %

Síntese metodológica

Autonomia financeira: Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

Dimensão da empresa: As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias, e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta Recomendação, são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste Estudo, as pequenas e médias empresas (PME) não incluem as microempresas e caraterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e maior que 10 e um volume de negócios anual entre 2 e 50 milhões de euros ou um balanço total anual entre 2 e 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

Distribuição por quartis: Para se calcularem os quartis, colocam-se por ordem crescente os valores das empresas para o indicador em análise. O primeiro quartil corresponde ao valor da empresa que se situa na posição correspondente a 25 por cento da amostra ordenada (i.e., em que 25 por cento das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 75 por cento têm valor superior). O segundo quartil (ou mediana) corresponde a 50 por cento, ou seja, o valor do indicador para esta empresa parte a distribuição ao meio, havendo então metade das empresas com valor superior e também metade com valor inferior. O terceiro quartil corresponde à posição dos 75 por cento da amostra ordenada (75 por cento das empresas têm valor inferior para aquele indicador e apenas 25 por cento têm valor superior). O intervalo interquartis (obtido pela diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) dá uma indicação da dispersão existente na distribuição. Para mais detalhe relativamente ao cálculo destas medidas estatísticas, pode ser consultada a publicação Estudos da Central de Balanços | 6 – *Novos Quadros da Empresa e do Setor: Adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística*, dezembro de 2011.

Dívida remunerada: A dívida remunerada corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

Maturidade: A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até 5 anos, de 5 a 10 anos (exclusive); de 10 a 20 anos (exclusive); e 20 anos ou mais (Mais de 20 anos).

Pressão financeira: Rácio entre os juros suportados e o *EBITDA*.

Rendibilidade dos capitais próprios: Rácio entre o resultado líquido do exercício e os capitais próprios. Visto que ambas as rubricas (numerador e denominador) podem assumir valores positivos ou negativos, o indicador apenas é calculado, individualmente, nas situações em que os capitais próprios são positivos.

Setor de atividade económica: Foram excluídas da presente análise, no que ao total das empresas diz respeito, as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* da CAE-Rev.3, por não se incluírem no setor institucional das SNF.

Setor farmacêutico: A definição do setor farmacêutico contemplou, para efeitos deste Estudo, as empresas da divisão 21 – fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas (indústria farmacêutica), da subclasse 46460 (comércio por grosso de produtos farmacêuticos) e da subclasse 47730 (comércio a retalho de produtos farmacêuticos).

Siglas e acrónimos

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
EBITDA	Resultados antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações (do inglês, *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*)
EEC	Empresas de Elevado Crescimento
ENI	Empresários em Nome Individual
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
IC	Instituições de Crédito
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITENF	Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras
p.p.	Pontos Percentuais
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas (exclui as microempresas)
RLP	Resultado Líquido do Período
SCIE	Sistema de Contas Integradas das Empresas
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010
SNC	Sistema de Normalização Contabilística

Referências

Banco de Portugal (2008), "*Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços*", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 1/2008, maio de 2008.
http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Paginas/SuplementosaoBoletimEstatistico.aspx

Banco de Portugal (2013), "*Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas*", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 2/2013, outubro de 2013.
http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Paginas/SuplementosaoBoletimEstatistico.aspx

Banco de Portugal (2014), *"Quadros do Setor e Quadros da Empresa e do Setor: Notas Metodológicas – Série Longa 1995-2013"*, *Estudos da Central de Balanços*, n.º 19, novembro de 2014.
http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalancos/Paginas/EstudosdaCentraldeBalancos.aspx

Banco de Portugal (2015), "*Central de Responsabilidades de Crédito*", *Cadernos do Banco de Portugal*, n.º 5, abril de 2015.
http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoeseIntervencoes/Banco/CadernosdoBanco/Paginas/CadernosdoBanco.aspx

Banco de Portugal (2015), *"Análise das empresas do setor exportador em Portugal"*, *Estudos da Central de Balanços*, n.º 22, junho de 2015.
http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalancos/Paginas/EstudosdaCentraldeBalancos.aspx

Banco de Portugal (2015), *Boletim Económico*, maio de 2015.
http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Paginas/BoletimEconomico.aspx

Banco de Portugal (2015), "*Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010-2015*", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 23, novembro de 2015.
http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalancos/Paginas/EstudosdaCentraldeBalancos.aspx

Banco de Portugal (2016), *Boletim Económico*, junho de 2016.
http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Paginas/BoletimEconomico.aspx

Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, relativa à definição da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema europeu de contas nacionais e regionais na Comunidade.

Estudos da Central de Balanços

1 | Quadros da empresa e do setor, novembro 2010
2 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal, dezembro 2010
3 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal, setembro 2011
4 | Análise setorial das indústrias alimentares, novembro 2011
5 | Análise setorial do alojamento, restauração e similares, novembro 2011
6 | Novos quadros da empresa e do setor: adaptação ao sistema de normalização contabilística, dezembro 2011
7 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010/2011, abril 2012
8 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011/2012, novembro 2012
9 | Análise setorial da indústria dos têxteis e vestuário, novembro 2012
10 | Análise setorial da indústria do calçado, novembro 2012
11 | Análise do setor agrícola, dezembro 2012
12 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal 2006-2012, novembro 2013
13 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012/2013, novembro 2013
14 | Análise do setor automóvel, dezembro 2013
15 | Análise do setor da construção, janeiro 2014
16 | Análise do setor das atividades de informação e comunicação, abril 2014
17 | Análise do setor do turismo, outubro 2014
18 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2009-2014, novembro 2014
19 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor: série longa 1995-2013, novembro 2014
20 | Análise setorial da indústria metalomecânica, março 2015
21 | Análise das empresas do setor do mar, maio 2015
22 | Análise das empresas do setor exportador em Portugal, junho 2015
23 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010-2015, novembro 2015
24 | Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel, janeiro 2016
25 | Análise das empresas do setor farmacêutico, julho 2016